

# Pensar e agir na liberdade

## Pensamento Sindical Livre



*Adivinhar é o dever  
Dos que pretendem dirigir  
Para ir adiante dos demais  
É preciso ver mais que eles*  
**José Martí**

### **Os trabalhadores e o mundo**

É impossível pensar estratégias e táticas de luta na periferia do capitalismo, sem analisar o que se passa no mundo todo. Cada ação das gentes em luta é lenha para iluminar o que pode vir a ser nos nosso espaço geográfico, uma vez que não só a economia é mundial, mas também as relações de força, cultura e esperanças. Planejar as ações dos TAs nos próximos dois anos implica em auscultar a realidade, observando as forças que estão em luta e as possibilidades reais que temos, como categoria, nesse tabuleiro.

O ano de 2011 constitui uma nova conformação para o mundo. A chamada primavera árabe, iniciada na Tunísia, a partir de um ato isolado – uma pessoa colocando fogo no seu próprio corpo – detonou um forte processo de mobilizações e mudanças que precisam ser bem analisadas para vermos onde se encaixa a luta que teremos de travar.

O primeiro elemento a ser considerado é a força do império. Os Estados Unidos – cabeça do sistema-mundo chamado de capitalismo – foram, em maior ou menor medida, os que fomentaram muito da “primavera árabe”. É certo que a faísca inicial, na Tunísia, nasceu de uma inconformidade do povo com a pobreza e a desigualdade, aliada a opressão de regimes pouco dados à participação popular. Mas, tão logo a faísca acendeu a rebelião popular, o braço cada dia mais visível do serviço secreto estadunidense começou a agir, fortalecendo os protestos e ajudando na derrocada dos governos. A aposta dos EUA na ajuda aos revoltosos se deve ao de sempre. Ganhe quem ganhe é preciso que sejam amigos.

Depois da Tunísia veio o Egito, onde Hosni Mubarak atuava já há três décadas, num regime de opressão e de aprofundamento da pobreza. O assassinato brutal de um jovem em Alexandria colocou as gentes na rua e a reação desproporcional da polícia aprofundou a

revolta que cresceu a tal ponto de derrubar o governo. Mas, essa derrubada ainda não se consumou de fato. Passado um ano da rebelião popular, Mubarak segue sem condenação e o país segue governado por uma junta militar. As eleições legislativas mostraram a debilidade do processo revolucionário, uma vez que o sistema se manteve o mesmo que elegeu por cinco vezes aquele que a mídia chama de ditador. O que manda no processo eleitoral é o dinheiro. Quem tem faz campanha em todo país, quem não tem, não consegue penetrar no Egito profundo. O resultado foi o que já se viu. Vitória da irmandade muçulmana, que tem um partido organizado desde há décadas e penetração via o mundo da religião.

Com a vitória dos muçulmanos no Egito, os Estados Unidos teve de se proteger, uma vez que aquele país está num ponto geopolítico muito estratégico. O Egito domina o canal de Suez e deve agora praticar uma política de ajuda e aproximação com o povo Palestino. Não é sem razão que o Estados Unidos tiveram de destruir o Líbano, fomentando os protestos e protagonizando a barbárie contra Gadhafi. Agora buscam destruir a Síria, também pró-Palestina e anunciam o ataque ao Irã, seu velho inimigo. A tática é a mesma que usaram contra o Iraque: mentiras, mentiras e mentiras, além da ação financiada dos mercenários. Dominar a região do Médio Oriente é fundamental para seu projeto de império. Com as mudanças no Egito, a região fica em disputa. A idéia dos Estados Unidos é a de levar para a região a “democracia”, mas quem conhece o mundo árabe sabe que eles tem uma civilização milenar e um outro modo de organizar a vida. A democracia liberal burguesa não parece ser o melhor modelo para os árabes. Mas, esse é um caminho que só eles podem constituir. O que não será fácil com a intervenção estadunidense sempre a postos.

Na Europa a crise se prolifera em escala geométrica. A grande ilusão da Comunidade Européia se esboroa e a lógica da moeda única criada artificialmente acabou fazendo água. Primeiro veio a crise na periferia do sistema, com a impossibilidade do pagamento das dívidas. Países como a Grécia devem mais de 100% do seu PIB. As políticas de arrocho impostas pelos bancos levaram as gentes para a rua e desde 2009 os gregos vêm lutando contra as medidas de ajuste, que nada mais fazem do que colocar o povo na miséria e no desespero do desemprego. Até agora não lograram vencer apesar das lutas gigantescas, as greves gerais e os protestos. O sistema financeiro segue vitorioso e o governo segue fazendo exatamente o que dizem os bancos. No ano passado a crise chegou com força em Portugal e Espanha, com os mesmos sintomas da Grécia. Depois se expandiu para a Itália, cutucando o centro do poder. O castelo de cartas do estado de “bem estar social”, promessa do capitalismo, começou a ruir.

Hoje, nos países em crise da Europa, o desemprego é galopante, a pobreza cresce, os direitos trabalhistas são retirados, os serviços públicos são privatizados. Há uma migração sem precedentes de jovens espanhóis, italianos, portugueses, belgas, gente que não vê mais possibilidade de viver dignamente nos países. Alemanha e França comandam o processo de aprofundamento da crise nos países periféricos em nome da segurança nacional. O drama do desmonte do sonho capitalista na Europa ainda terá muitos atos, com efeitos que certamente chegarão até nós.

No que diz respeito à América Latina, os efeitos da crise que galopa pela Europa não parecem ter chegado. E isso acontece pelo fato de muitos países terem adotado políticas de

desenvolvimento endógeno (para dentro) como é o caso da Venezuela, Bolívia, Equador e Brasil. Ainda que esses países não tenham saído do modelo desenvolvimentista capitalista, essas políticas estão dando algum fôlego para a economia, gerando crescimento. O problema é que esse crescimento segue sendo desigual, garantindo muito para poucos. É certo que há uma distribuição para os mais pobres, mas no geral a partir de programas que não levam à emancipação e sim a dependência como é o caso do bolsa-família no Brasil, e programas semelhantes nos demais países latino-americanos. Sem uma mudança de rumo, é seguro que a crise estrutural do capital também apareça por aqui em pouco tempo.

Outro ponto a considerar é a ação imperialista na América Latina que segue forte com a atuação leonina de multinacionais brasileiras e com a ocupação militar no Haiti. A tentativa de desestabilização do governo venezuelano é ponto de honra para os EUA, a ponto do teórico estadunidense Noam Chomsky já ter alertado que o seu país estaria pensando em atacar militarmente o país governado por Chávez, depois de insuflar algum tipo de instabilidade, como é de seu feitio. Coisa que já vimos acontecer no Chile de Allende e mesmo no Brasil, em 1964. Isso é ponto que não podemos descartar. A Argentina vive hoje uma queda de braço verbal com a Inglaterra por conta das Malvinas, e acusa a nação britânica de estar militarizando o Atlântico sul, coisa que é verdade.

Nesse contexto de grandes crises em espaços geográficos estratégicos como o Oriente Médio e a Europa, quem tem assumido posições de controle é a China, cada vez mais rica e imperialista também. Pouco a pouco sua economia vai se expandir para os demais países do mundo e é a sua ajuda providencial que está segurando os organismos financeiros internacionais. Isso certamente terá consequências mais tarde.

Assim, o que se configura para a luta dos trabalhadores é um quadro bastante desolador em nível mundial, de desemprego, aumento da pobreza e intensificação das migrações. O Brasil já vivencia essa onda com a chegada diária de milhares de pessoas buscando vida melhor na onda de crescimento alardeada mundo afora. Aqui está o Eldorado. Basta ver a crise gerada pela migração dos haitianos que chegam aos borbotões. O Brasil definiu agora uma política para esses irmãos do Caribe, sem compreender que o problema do Haiti é a ocupação militar que golpeia o país e impede que os próprios haitianos construam uma saída para seus problemas. A migração não é o principal problema, e uma forma real de ajuda aos haitianos seria fazer como Cuba que em vez de soldados, manda médicos, enfermeiros, engenheiros e outros profissionais capazes de ajudar no concreto e no lugar de vida dos haitianos.

De qualquer forma a conjuntura internacional, longe de nos apontar para uma melhoria de vida ou para a construção do socialismo, parece caminhar para um aprofundamento da crise do capital, o que leva a crer que também chegará nossa hora. As guerras que se anunciam no Oriente Médio não estão garantindo vida boa ao povo, até porque acontecem por decisão do império (EUA). Basta que se dê uma olhada no Afeganistão – invadido em nome da democracia – ou o Iraque, igualmente invadido para ser democrático. O que se vê é destruição, opressão, roubo das riquezas e desgraça para o povo. Mesmo no Egito, cujo povo segue nas ruas em rebelião, as condições para a democracia nos moldes liberais sequer estão dadas. Muita luta ainda há de ser travada e não há certeza de que possam

chegar a bom termo. Mudanças acontecem, é fato, mas nem sempre para o bem das gentes.

Nesse contexto, os trabalhadores das universidades brasileiras, inseridos no mundo daqueles poucos que ainda conseguem [ter](#) um emprego formal, precisam aprofundar os laços de solidariedade com os trabalhadores do mundo todo que enfrentam as políticas de recessão e de arrocho. Mas essa solidariedade não tem de ser formal. Ela tem de ser concreta. E isso não significa realizar viagens de apoio ou a divulgações de moções e comunicados. A solidariedade real é o aprofundamento do debate, o estudo sistemático da situação, para que se possa aportar saídas reais e criativas para a crise. É a união dos trabalhadores em torno de um projeto de país que possa dar exemplos que permitam a cada povo, em diferentes lugares, acreditar que também eles podem chegar a soluções nacionais, nascidas de seus espaços geográficos, do berço de suas culturas. Nossa ação como categoria pode influenciar o mundo todo. Mas isso precisa ser construído desde já. São em momentos como esses, de mudança de temperatura do mundo, que se gestam as idéias mais transformadoras. Como trabalhadores das universidades, nosso papel é dar o primeiro passo.

### **Construção de uma política internacional para FASUBRA Sindical**

Perguntamos a todos e todas: Qual é a política internacional que a FASUBRA defende e em quais fóruns ela foi debatida com profundidade? ISP, CONTUA, CEA, e outras entidades internacionais não passam de uma fração deste debate e que, aliás, sequer foi feito com um mínimo de profundidade até os dias de hoje.

Nós, do PSLIVRE, acreditamos que apenas internacionalizar, de forma ritual, através de uma entidade, o movimento sindical, pode não ser sinônimo de participação do movimento operário internacional. Sabemos que criar uma política internacional não é nada fácil, ainda mais dado a crescente profusão de ideias e articulações no campo sindical internacional, bem como, dentro da nossa própria federação.

Acreditamos que é utopia, nesse momento conjuntural, a criação de uma entidade única em nível internacional para representar a todos os trabalhadores, uma vez que temos um grande obstáculos a superar, inclusive a nós mesmos. Somos um caldo de ideologias, formações socialistas ecléticas e as nossas visões do que seja e represente de fato o socialismo não são unânimes nem entre nós do PSLIVRE.

Lembramos que o internacionalismo não admite fronteiras, enquanto os sindicatos ainda se dividem entre dezenas de correntes e tendências, muitas vezes antagônicas. Isso só se modificará com os anos através de muita conscientização e luta, pois ainda pagamos o preço da despolitização e da falta de uma consciência de classe dos últimos 40 ou 50 anos. Uma das perguntas que sempre nos fazemos é: “Até que ponto o sequestro da Revolução Russa pela burocracia comunista liderado por Stalin é um exemplo clássico desta desordem atual dentro dos movimentos nacionais e internacionais?” Até quando vamos reproduzir modos de pensar e agir que já não encontram vínculo com a realidade atual?

Enfim, indicamos a imediata construção de uma política internacional para

a FASUBRA e esta política tem que ser aprovada no máximo um ano após o XXI – CONFASUBRA e tem que ser baseada numa sociedade socialista, livre, sem amarras partidárias e que seja de fato ligado aos movimentos socialistas operários. Importante ressaltar que ao exigirmos a não vinculação aos partidos, isso não significa que não tenhamos claro a importância dos partidos na vida de todos. Insistimos é no **não aparelhamento** partidário das instâncias do movimento sindical que, como se sabe, representam pessoas de várias tendências.

Sabemos que pode até ser uma utopia do PSLIVRE a construção da política internacional para federação, mas, vamos insistir neste debate até para podermos justificar tantas viagens internacionais que foram feitas nós últimos cinco anos, mais de 20 viagens, 15 só neste mandato (2009-2012).

Afirmamos que para construir esta política internacional temos que ir além de Marx, pois o problema prático é reinventar uma política que zele pelo socialismo livre e democrático a partir do movimento sindical, desatrelado dos partidos políticos e subordinado única e exclusivamente as nossas bases e as classes operárias do Brasil e do mundo.

### **Os trabalhadores e a conjuntura nacional**

No que diz respeito ao Brasil muitos são os fatos que mostram uma situação de bastante instabilidade política e administrativa. Apesar de a propaganda governista insistir na ideia de que o Brasil está navegando em uma grande onda de desenvolvimento, fica bastante fácil observar os enormes buracos na estrutura do “projeto país”. E isso ainda ficará mais claro com o novo corte de mais de 50 bilhões planejado para o ano de 2012 que certamente repercutirá na saúde, na educação, nos serviços públicos em geral. Sem contar o fato de que os trabalhadores das IFES sequer terão seus salários reajustados.

Um desses buracos é a crescente criminalidade no país. Todos os dias somos bombardeados com crimes brutais, assaltos fantásticos, assassinatos e desaparecimentos. Elementos que aparecem como consequência de uma desigualdade abissal. Nas periferias segue imperando um estado paralelo, o tráfico, a dura realidade da opressão da polícia “pacificadora”, a miséria e o desemprego. Para um número muito grande de brasileiros o desenvolvimento não mostra sua cara e parece que uma parte da população sequer quer saber disso.

Outra face do mundo periférico que tem aparecido sistematicamente é a da realidade do sem-casa. Todos os dias observamos nos noticiários – ainda que sem contexto – a dura luta daqueles que, sem possibilidade de pagar aluguel, ocupam prédios ou terrenos desocupados, e logo em seguida precisam enfrentar a sanha opressora de polícias estaduais, comandadas por trogloditas, como é o caso do Estado de São Paulo que protagonizou a desocupação da comunidade do Pinheirinho. Um mostra da brutalidade e da insensibilidade do estado diante da desgraça da população. Os interesses dos empresários prevalecem sobre qualquer moral. Não há qualquer prurido em destruir e demonizar famílias de gente empobrecida, que são mostradas ao mundo como “marginais, baderneiros, bandidos”, etc...

E diante de toda a violência que já nem sequer tem vergonha de se expressar, o governo federal mantém silêncio, incapaz de dar respostas a essa gente que não cabe nos programas do tipo “Minha casa, Minha vida”, porque não têm renda suficiente sequer para comer.

Outro aspecto da decadência da sociedade brasileira são os casos de violência gratuita contra homossexuais, travestis e mendigos. Uma situação que já foge do controle, tamanha banalização. Todos os dias acontecem casos de absoluta selvageria, amparados no preconceito e não se percebe nenhuma ação por parte do Estado para mudar esse estado de coisas, quando não é o próprio estado que pratica as violências. O preconceito é um germe perigoso, capaz de levar um povo inteiro à barbárie como já se pode viver na história durante o nazismo. Por isso faz-se absolutamente necessária uma intervenção do estado nesse aspecto, seja através da escola, seja através de políticas públicas que incentivem projetos de comunicação contra o preconceito e o racismo.

Por outro lado, na classe média – onde se pode situar o funcionalismo público – o discurso ideológico de desenvolvimento e progresso econômico vai ficando suas raízes, com a maioria das pessoas totalmente incapaz de perceber sua fragilidade. É fato que a Classe C aumentou, é fato que o poder de compra de muitos brasileiros subiu, mas tudo isso está condicionado a uma bolha de crédito que pode estourar a qualquer momento. Desde o governo Lula que o crédito bancário foi liberado – vejam o empréstimo consignado - e as famílias têm entrado de cabeça nessa bola de neve. Cria-se uma falsa idéia de poder de consumo, cujo lastro não encontra dimensão na realidade.

E é essa capa média da população que – com os olhos velados pela ilusão do consumo – acaba afundando no discurso conservador da luta aparente contra a corrupção, saudando a dança dos ministros que caem por meia pataca, enquanto os grandes bandidos – banqueiros, multinacionais etc... – seguem mandando no país, recebendo polpudas verbas via BNDES para seguir enriquecendo, explorando os trabalhadores.

A dor das famílias ribeirinhas ameaçadas pelos grandes complexos hidrelétricos – como Belo Monte, Rio Madeira, entre outros – não encontra eco no seio do movimento sindical e popular que aglutina trabalhadores formais, porque esses estão, na maioria, embevecidos pela proposta de compra de novos bens. Assim, as gentes desorganizadas ou que se mobilizam através de movimentos alternativos, ficam sozinhas nas suas batalhas, isoladas, com chances muito pequenas de serem bem sucedidas.

No meio do terror que coloca em risco a vida de milhares de pessoas, o governo federal segue apostando na maquiagem do país para receber a Copa e as Olimpíadas. Toda a operação de “limpeza” dos morros, das periferias, não encontra obstáculo para a burocracia estatal. Passa-se por cima de tudo, sem dó ou piedade. Tudo para atender aos indicadores da Fifa. Até a privatização dos aeroportos, setor estratégico de um país, foi levada a cabo sem qualquer alarde por parte do mundo sindical. Tudo aconteceu nas salas acarpetadas, sem o grito da população que sequer consegue entender a importância que tem um aeroporto para a soberania de um país. Milhões e milhões de reais seguem escorrendo para obras privadas, e a população sem saúde nem educação é quem vai pagar por tudo isso.

Outro elemento importante a considerar é o da greve das polícias da Bahia e do Rio de Janeiro, que colocaram à descoberto a completa omissão do governo federal frente a esse tema da segurança pública. Não bastasse isso, no campo dos trabalhadores as contradições também se verificaram. Muitas lideranças demoraram ou sequer tiveram a coragem de demonstrar apoio às lutas, com argumentos de que a polícia bate em trabalhador e não merece qualquer apoio. Ora, os policiais também são trabalhadores e o fato de estarem no mais das vezes alienados, servindo ao poder, não lhes tira essa condição. Seria o mesmo que não lutar pelo trabalhador das universidades que não seja de esquerda. O papel do sindicalismo e dos movimentos sociais é desvelar as contradições, aproveitar os momentos de luta para despertar a consciência de classe e não o de se omitir tal qual fez o governo federal.

Ao que parece, também os trabalhadores das universidades não têm se apercebido dessa realidade que se expressa fora dos muros dos campus. O que se vê é uma luta corporativa de busca de melhores salários, mas que aparece mais no campo pessoal do que coletivo. Isso pode ser compreendido a partir da proposta do então governo Lula que preferiu oferecer a possibilidade de uma melhoria salarial a partir da formação formal, e com mais ênfase nos técnicos de nível superior. Esses preferiram apostar em seus mestrados e doutorados que lhes garantem aumentos salariais de até 80%, do que atuarem nas lutas coletivas que se fazem por reajustes que não ultrapassam os 4%. Sobram assim os técnicos de nível médio e de apoio – praticamente abandonados pelos de nível superior, que inclusive criaram uma associação à parte. Nesse sentido, conseguindo a divisão dos trabalhadores, o governo e seus apoiadores nadam de braçada, colocando os trabalhadores num beco sem saída.

O ano que começa não promete maiores alterações, a menos que a crise que se expressa na Europa e nos Estados Unidos entre pelas frestas do crescimento alardeado por Dilma Rousseff. E se ela vier, é certo que sobrarão para os trabalhadores, como está acontecendo na Grécia. Assim, o grande desafio da Fasubra a partir desse Congresso deve ser o de refazer o tecido roto das relações no interior da categoria. Ser capaz de dar respostas aos técnicos de todos os níveis, impedindo a fragmentação que tem sido a tônica nos últimos anos. Só a categoria unida, a despeito das divergências pontuais, poderá dar conta dos problemas que se anunciam.

## **Negociações Coletivas e Direito de Greve no Setor Público**

### **1. Da ratificação da Convenção 151 da OIT ao legítimo direito de negociação**

No Brasil as relações democráticas no trabalho no setor público andam lentas. A necessidade de diretrizes para negociação no mundo do trabalho do setor público surge a partir da 64ª Conferência Geral da OIT realizada em Genebra em 7 de junho de 1978. Em 27 de junho de 1978 a Convenção 151 é adotada como a Convenção Relativa às Relações de Trabalho na Função Pública. No Brasil, só no final do segundo governo Lula, em abril de 2010 é que o Congresso a ratificou, mas, ainda hoje, o Estado não regulamentou de fato a aplicação dessa Convenção, restando tão somente aos servidores públicos a continuidade

da luta pelo direito de celebração de acordos coletivos com o Estado, em razão de resolução dos conflitos comuns no mundo do trabalho.

Em que pese o argumento de que não temos direito de fato à negociação e celebração de Acordos Coletivos com o Estado, podem os desavisados contra-argumentarem que o DECRETO Nº 7.674, DE 20 DE JANEIRO DE 2012, que “dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal”, é instrumento resolutivo do problema, e doravante o Estado com este instrumento fará a celebração de Acordos Coletivos com os servidores públicos em seu conjunto ou categorias isoladas. Mas tão somente este argumento não tem uma leitura exata quanto à natureza do SISRT e os seus limites. Senão vejamos:

Art. 1º Este Decreto disciplina a organização do processo de diálogo com vistas ao tratamento dos conflitos nas relações de trabalho no âmbito do Poder Executivo federal, por meio da negociação de termos e condições de trabalho entre suas autoridades e os servidores públicos federais da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[...]

Art. 3º-A negociação de termos e condições de trabalho, no âmbito do SISRT, tem como objetivo a democratização das relações de trabalho e a busca da solução de conflitos por meio da redefinição das condições de trabalho.

Art. 4º O SISRT compreende o conjunto de atividades relacionadas com o diálogo com vistas ao tratamento dos conflitos decorrentes das relações do trabalho e à negociação de termos e condições de trabalho no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das organizações de servidores, tendo por fim a solução dos conflitos.

Fundamentalmente continua viva e atuante a concepção dentro dos quadros do Governo Dilma Rousseff, continuando o legado de Lula, que por sua vez herdou de Collor e FHC, o entendimento do pronunciamento do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a Constituição Federal de 1988 não brindou tal classe de trabalhadores *lato sensu* com a possibilidade de negociação coletiva e de celebração desses diplomas negociais coletivos. Reportamos aqui a negativa de negociação coletiva, dado o veto do Presidente Collor de Mello, quando ele esteve presente no ordenamento jurídico nacional, através da Lei n. 8.112 de 1990, nas alíneas “d” e “e” do art. 240, que fazia referência às convenções coletivas, e depois foram declaradas inconstitucionais pelo STF, ao julgar ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República em 12 de novembro de 1992, excluindo dos servidores a negociação coletiva. Posteriormente, a Lei n. 9.527, de 1997, revogou as alíneas supracitadas. O conteúdo no artigo 240 (vetado), para os vetos que incidiram sobre as alíneas “d” e “e”, é que tratavam de “negociação coletiva” e “ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal”. Nas razões do veto, Collor alegou que os dispositivos eram inconstitucionais, na medida em que contrariavam “o art. 114 da Constituição, que delimita



a competência da Justiça do Trabalho, e o disposto nas alíneas 'a' e 'c' do inciso II do § 1º do art. 61 da Carta, que colocam sob reserva legal, a partir de iniciativa privativa do Presidente da República, a regulação dos direitos e a definição da remuneração dos servidores públicos". De certo, este entendimento linear da CF88, que resguarda ao Presidente da República o poder imperativo sobre o controle dos salários, os cortes orçamentários e o disciplinamento das relações de trabalho no serviço público, num sentido único e vertical foi adotado nos governos de FHC e de Lula e Dilma.

Evidentemente, para o Poder Executivo com relação às negociações coletivas, as resistências são maiores. Sustentam a dificuldade do Estado de transigir diante das condições econômicas, que das verbas orçamentárias surge o salário deste, bem como em decorrência do fato dos servidores públicos fazerem parte de num regime institucional e não contratual. Ou seja, nesta concepção de Estado, o servidor público, suas condições de trabalho e salário estão tão somente condicionadas ao sabor dos movimentos dos ventos da economia, vivendo ao sabor das crises do Capital. Um exemplo disto é o que acontece agora com os trabalhadores da Grécia. O que faz a profissão de servidor público, mesmo sob o signo da "estabilidade no emprego", ser uma profissão de risco e aperto salarial. Mas só para aqueles que, na concepção de Bresser Pereira, não fazem parte das carreiras típicas de Estado.

Assim, tão somente o Decreto Nº 7.674 resulta do engodo que o governo Dilma Rousseff criou como forma de buscar pacificar aos que salientam os posicionamentos favoráveis no campo da possibilidade à negociação coletiva com o setor público através da criação de um órgão para negociar em nome da administração pública, em que o resultaria na celebração de um acordo pontual em situação de conflitos. Com certeza pode o SISRT silenciar centrais sindicais atreladas aos partidos da base aliada do governo, tais como a CUT, CTB e Força Sindical. Apontando o SISRT como o órgão responsável, nos termos de seu Artigo 1º criar um "*processo de diálogo com vistas ao tratamento dos conflitos nas relações de trabalho no âmbito do Poder Executivo federal, por meio da negociação de termos e condições de trabalho*".

Notadamente o governo petista não se desnuda do poder de império, dos princípios da supremacia jurídica e da estrita legalidade a que se sujeita a Administração Pública, impedindo-a de se posicionar em linha de igualdade com os seus servidores na seara da negociação coletiva.

O principio da negociação coletiva cai por terra quando se pontua apenas às reivindicações que estão restritas a vencimentos, para as quais a limitação é expressa, mas também visam instituir cláusulas reguladoras das relações entre os interessados (cláusulas obrigacionais), de condições de trabalho para os integrantes da categoria (cláusulas normativas) e de solução de eventuais litígios derivados de sua interpretação (cláusulas instrumentais). Mesmo com a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), que dizia ser um canal de negociações aberto pela celebração de Protocolo entre o Governo Federal e as entidades representativas dos servidores públicos da União, na era Lula, através da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, nunca deixou de criar conflitos via instrumento normativo, com suas Notas Técnicas. O governo nunca deixou de atacar os servidores públicos, criando leis e decretos para reduzir direitos, com projetos e Medidas Provisórias visando informalizar e flexibilizar as relações de trabalho com terceirização e outros que simplesmente retiram direitos dos servidores, *vide* alguns exemplos: o PL92 (Fundação Estatal); a MP 520 (Empresa Brasileira de Serviços

Hospitalares); Emendas Constitucionais nº 41/2003 (doravante EC 41/2003) e um pouco minimizada pela Emenda Constitucional nº 47/2005 (doravante EC 47/2005); e o Projeto de Lei 1992/2007 (doravante PL 1992/2007) que Institui o regime de previdência complementar para os servidores federais; o Projeto de Lei 2203/2011, que altera a remuneração dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade (Art. 86 da Lei 8112).

Agora a coisa piora para os servidores públicos, pois o Decreto Nº 7.674 prevê a separação da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que antes era encarregada da negociação com as entidades de servidores públicos, e cria um simples Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal, desprovido do poder de Gestão de Pessoas e Planejamento Orçamentário, suas competências são:

- 1) organizar e supervisionar o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal (SISRT), de que trata o Decreto 7.674/2012,
- 2) exercer a competência normativa em matéria de negociação coletiva de termos e condições de trabalho e solução de conflitos no serviço público federal,
- 3) organizar e manter o cadastro nacional das entidades sindicais representativas dos servidores,
- 4) propor medidas para a solução, por meio de negociação de termos e condições de trabalho, de conflitos surgidos, conforme diretrizes estabelecidas pela Presidente da República,
- 5) articular a participação dos órgãos e entidades da administração pública nos procedimentos de negociação surgidas no âmbito das respectivas relações de trabalho.

Enquanto que a questão de um acordo coletivo possui elementos de gestão de pessoas, tendo como principais pontos uma agenda no sentido para solução de pontos como:

1. Recomposição da força de trabalho do setor público: Redesenho dos sistemas de remuneração, cargos, carreiras, benefícios e concursos;
2. Realinhamento dos salários de carreiras, posições e condições gerenciais da alta burocracia;
3. Capacitação técnica e gerencial permanente de servidores;
4. Promoção da saúde ocupacional e melhoria da qualidade de vida;
5. Redesenho da estrutura e processos de trabalho;
6. Novas concepções institucionais;
7. Redimensionamento de recursos logísticos e de tecnologias informacionais; Simplificação administrativa;
8. Definição e divulgação de resultados a partir de indicadores objetivos de desempenho organizacional;
9. Contratualização efetiva de resultados e avaliação do custo efetividade;
10. Interlocução, participação e atendimento ao cidadão e conduta ética transparente.

Enfim, o escopo do governo Dilma é ampliar um fosso entre a negociação direta, que implique em demanda com gastos, mantendo a sua política de arrocho salarial, com fins ao alcance de suas metas fiscais na política macro-econômica pautada no modelo de ampliação do superávit primário, para pagamento aos banqueiros e mega investidores nacionais e internacionais, com juros e serviços da dívida interna. Aponta-se possivelmente, mas um período de enrolação, de engodo e tática de divisão do movimento das entidades sindicais, para isolamentos de umas, como forma de economizar recursos do orçamento de 2013,

dentro do objetivo traçado.

É óbvio que o governo de Dilma Rousseff não vai realizar a viabilidade do reconhecimento do direito de negociar coletivamente dos servidores públicos com a Administração Pública. Principalmente este governo, que se apóia em viés neoliberais, com a retomada de privatizações, e a contratualização de um acordo coletivo, se pauta num suporte de estrita legalidade e fortalecimento das instituições com mais direitos para os trabalhadores do setor. As reivindicações pertinentes à remuneração e pedidos, que implicam, portanto, aumento de despesa com remuneração de pessoal, e no uso de seu poder de príncipe encaminhará ao processo legislativo, como se extrai da interpretação do art. 61, § 1º, I, "a", da Carta Política de 1988, somente por força do movimento ou seu restrito interesse para sanar problemas políticos. Projetos de leis com conteúdo de uma ou outra negociação com setores do servidor público quem sabe por força de alguma greve. O cenário é dramático para os servidores públicos, requerendo clareza das circunstâncias, para com lucidez armar-se com a luta unitária da categoria rumo à construção de uma negociação coletiva e que negociações de fato aconteçam, evitando-se erros do passado recente.

Por sua natureza o SISRT estará habilitado e credenciado pelos termos de suas atribuições a tratar e fechar acordos com as categorias ou os servidores como um todo, em protocolos de conteúdo da Convenção 151 da OIT que esteja relacionado a:

- Proteção contra os atos de discriminação que acarretem violação da liberdade sindical em matéria de trabalho;
- Independência das organizações de trabalhadores da função pública face às autoridades públicas;
- Proteção contra atos de ingerência das autoridades públicas na formação, funcionamento e administração das organizações de trabalhadores da função pública;
- Concessão de facilidades aos representantes das organizações reconhecidas dos trabalhadores e trabalhadoras da função pública, com permissão para cumprir suas atividades, sejam durante suas horas de trabalho ou fora delas.
- Instauração de processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública;
- Garantias dos direitos civis e políticos essenciais ao exercício normal da liberdade sindical.

No obstante, tão somente este novo organismo do Estado não contempla, interpretação com fulcro nos seus limites legais, temas como criação ou reestruturação de carreiras, planos de cargos, padrão remuneratório, se por vencimento ou subsídio, requisitos para ingresso no serviço público, gerenciamento da folha, avaliação de desempenho, desenvolvimento profissional na carreira, entre outras atribuições próprias da gestão de pessoas serão de responsabilidade da nova super-secretaria de gestão e não mais da competência ou da responsabilidade do titular de secretaria encarregado da negociação. Ou seja, este ato do Estado nos leva a definir onde queremos negociar, quais os termos da negociação, seus limites devem implicar em termo firmado com autoridade competente do Estado com capacidade de gerar disponibilidade de recursos para fechamento e cumprimento dos acordos. Por hora, o SISRT não está habilitado para negociar nossa pauta.

O que nos remete a condição de bater na porta de quem realmente tenha este poder, pois queremos o justo direito de negociação, não de embromação.

## 2. Direito de Greve e Negociação Coletiva - Pelo Direito irrestrito de fazer greve

O direito de greve para os trabalhadores em geral está previsto no art. 9º da Constituição Federal e vem assim descrito:

“Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.”

Os serviços ou atividades essenciais, bem como o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, previstos na Constituição Federal (art. 9º, § 1º), estão definidos na Lei 7.783, de 28/6/1989, que prevê, também, as penas a que se devem sujeitar os responsáveis por eventuais abusos cometidos (§§ 1º e 2º do art. 9º da CF/88).

O direito de greve para os servidores públicos, por sua vez, está previsto no inciso VII, do art. 37 da Constituição, *vejamos*: “VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;”. Com a ausência de Lei Específica, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 25 de outubro de 2007, por unanimidade, declarada a omissão legislativa quanto ao dever constitucional em editar lei que regulamente o exercício do direito de greve no setor público e, por maioria, aplicar ao setor, no que couber, a lei de greve vigente no setor privado (Lei nº 7.783/89).

Na história recente da FASUBRA-Sindical, a Greve de 2011, o Estado ajuizou processo através da Advocacia-Geral da União (AGU) junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para que se declarasse ilegal a greve dos técnicos administrativos das universidades federais. Das alegações nos autos do processo a AGU afirmou que as negociações do Ministério do Planejamento com a entidade dos servidores foram interrompidas quando a federação anunciou a decisão de fazer a greve. Também alega que a pauta foi alterada após várias reuniões e que, mesmo após a demonstração da intenção do governo de negociar, a Fasubra decidiu entrar em greve. Este argumento de Estado de que “havia negociações de fato” e estas foram interrompidas teve eco no meio da federação e foi palco de amplas discussões em nível nacional defendida por setores organizados que figuram o leque de aliança de sustentação partidária do Governo Dilma Rousseff qual seja a CUT (PT) e CTB (PCdoB). Esta posição ajudou a estratégia do governo, enfraquecendo por dentro o movimento e levando a greve a uma derrota.

A estratégia adotada pelo Governo era levar todas as entidades sindicais em negociação para uma dinâmica de longo calendário de conversações, asfixiando o processo, com uma data limite, o dia 31 de agosto de 2011, limite para envio de projetos para a Lei Orçamentária de 2012. E criando poucos espaços de manobras de mobilização das categorias, das que aceitaram a regra do jogo, foram contempladas com migalhas, vide o caso do ANDES, e as que se rebelaram foram severamente punidas, como foi o caso da

FASUBRA-Sindical e SINASEFE. De fato estavam corretos aqueles que denunciaram a estratégia do governo, e logo depois este mesmo governo que se dizia “negociador” anunciava de forma unilateral reajuste zero para 2012. Demonstrando de vez que aqueles aguerridos companheiros que levaram a greve até as suas últimas consequências estavam corretos.

O fato é que a falta de uma discussão profunda do que realmente é negociação, seus prazos, conteúdo e limites, ainda pouco amadurecido naquele momento pela FASUBRA-Sindical, ajudou a estratégia governamental de quebrar por dentro o movimento sindical. Agora, este debate ainda está na ordem do dia, pois o Governo Dilma na sua falsa implementação da Conversão 151 da OIT, cria tão somente o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal SISRT, esvaziado do poder de fazer acordos sobre questões que demandem aumento de custos com pessoal, como resultado da extinção da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, que fazia este papel no governo Lula, criando a parte uma Secretaria de Gestão (MPOG). Agora, para onde firma-se nossa estratégia de buscar um Termo de Acordo com o Estado para solução de nossas demandas? Certamente para quem do Estado tenha o poder de Negociação de fato, ou seja, o Ministério do Planejamento. Temos que bater na porta da Ministra Mírian Belquior.

O Governo Lula tentou atrair os trabalhadores para a regulamentação do Direito de Greve, através da famigerada MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE – MNNP, celebrado entre a Administração Pública Federal e as Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Federais Civis. Com a máxima “Direito não se negocia” conseguimos conter até o presente momento a investida do governo em regulamentar do direito de greve dos servidores públicos com lei específica. O Estado que tem o Poder de Príncipe sempre quis nos impor amplos limites para deflagração de greve, inclusive colocando a exigência de quórum mínimos em assembleias da categoria e limites de paralisados. Mas ao mesmo tempo, não cria e fundamenta a implementação da Convenção 151 da OIT. Não quer firmar Acordos Coletivos com os funcionários públicos.

O direito de greve é um direito fundamental de cunho social, que alcança a todos os trabalhadores e se a lei específica a que se refere o inciso VII, do art. 37, da CF não foi editada, é perfeitamente cabível o uso da Lei 7.783/89, de fato nos orientamos por ela em todas as greves da categoria, sendo, pois, o perfeito limite se usado o princípio constitucional da isonomia de tratamento entre os cidadãos, porque trabalhadores do serviço público são tão somente operários, seja ele professor, técnico administrativo ou policial. O que de fato pretende o Estado é regulamentar o direito de greve para padrões de maior controle, operando a ampliação do Poder de Príncipe, garantido maior poder de repressão sobre as demandas dos trabalhadores. Não interessa ao Estado aplicar a Lei 7.783/89, pois seus poderes não são absolutos, conferindo a figura de arbitragem para a resolução dos conflitos, vide o “Art. 8º A Justiça do Trabalho, por iniciativa de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, decidirá sobre a procedência, total ou parcial, ou improcedência das reivindicações, cumprindo ao Tribunal publicar, de imediato, o competente acórdão” (Lei 7.783/89).

O Estado a todo custo quer regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, não no sentido de ajudar a dirimir os conflitos, mas como mais uma ferramenta de repressão. No Senado Federal, tramita o PLS-PROJETO DE LEI DO SENADO, Nº 710 de 2011 - Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos, previsto no inciso VII do

art. 37 da Constituição Federal, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), vendo a explicação da ementa, confirmam-se as hipóteses aqui levantadas.

Explicação da ementa: Assegura o exercício do direito de greve dos servidores públicos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dispõe que não são servidores públicos, para os fins desta Lei, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Distritais, Vereadores, Ministros de Estado, Diplomatas, Secretários Estaduais, Secretários Municipais, membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Considera exercício do direito de greve a paralisação coletiva, total ou parcial, da prestação de serviço público ou de atividade estatal dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dispõe que o estatuto da entidade sindical deverá prever as formalidades de convocação dos servidores para assembleia geral que deliberará sobre a paralisação. Estabelece que as deliberações aprovadas em assembleia geral, com indicativo de greve, serão notificadas ao Poder Público para que se manifeste, no prazo de trinta dias, acolhendo as reivindicações, apresentando proposta conciliatória ou fundamentando a impossibilidade de seu atendimento, caso em que poderão os servidores deflagrar a greve. Dispõe que a participação em greve não suspende o vínculo funcional. Estabelece que os servidores em estágio probatório que aderirem à greve devem compensar os dias não trabalhados de forma a completar o tempo previsto na legislação. Veda ao Poder Público durante a greve e em razão dela, demitir, exonerar, remover, substituir, transferir ou adotar qualquer outra medida contra o servidor em greve, salvo, nas hipóteses excepcionais mencionadas nesta Lei. Define serviços públicos estatais essenciais aqueles que afetem a vida, a saúde e a segurança dos cidadãos. Dispõe que durante a greve em serviços públicos ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os servidores obrigados a manter em atividade percentual mínimo de sessenta por cento do total dos servidores, com o propósito de assegurar a regular continuidade da prestação dos serviços públicos ou atividades indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. O percentual mínimo será de oitenta por cento tratando-se de servidores que trabalham na segurança pública e em caso de serviços públicos estatais não-essenciais deve-se manter em atividade percentual mínimo de cinquenta por cento do total de servidores. Dispõe que as ações judiciais envolvendo greve de servidores públicos serão consideradas prioritárias pelo Poder Judiciário. Dispõe que julgada a greve ilegal, o retorno dos servidores aos locais de trabalho deverá ocorrer em prazo não superior a quarenta e oito horas contado da intimação da entidade sindical responsável, e em caso de não haver retorno ao trabalho, será cobrada multa diária da entidade sindical responsável. Veda a greve

aos membros das Forças Armadas e aos integrantes das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

O Estado deseja regular o exercício do direito de greve, no sentido de restringi-lo, não no sentido de garantir o bem-estar comum, e, por outro ângulo, retirar as causas geradoras de que movimentos dessa natureza são conseqüência, minimizando a existência de igualdade real entre os seres humanos, que todos tenham direito de ascender a melhores condições de vida e de trabalho, que, ao cabo, venha, no futuro, até mesmo dispensar esse recurso extremo. A greve é um direito fundamental que se arrima na Declaração dos Direitos do Homem. Para obtê-las ou confirmá-las todo trabalhador tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para a proteção de seus interesses. Não há greve sem sindicato. O sindicato tornar-se-ia uma mera associação corporativa assistencial se não dispuser do direito de fazer greve. Ao mesmo tempo, sempre haverá greves no Estado Democrático de direito, sempre os conflitos entre o Estado e seus trabalhadores irão existir, enquanto os expedientes da Negociação Coletiva e o cumprimento dos acordos firmados não forem parte de uma realidade de relações de trabalho maduras e decentes. As greves da Polícia Militar na Bahia, as dos Bombeiros no Rio de Janeiro, a luta nacional pela PEC 300, e a reação do Estado com o direito do trabalhador policial em fazer greves, serão objetos para o Estado Capitalista fazer toda uma campanha ideológica contra o servidor público, impondo uma legislação que regule e reprima novos movimentos.

Nós do Pensamento Sindical Livre somos radicalmente contrários ao qualquer projeto de regulamentação do direito de greve dos servidores públicos, pois tais projetos somente objetivam criar normas que ajudam o Estado a arbitrar a contenção e repressão do movimento sindical, sua capacidade de reação e luta pela manutenção e ampliação de seus direitos. Lutaremos pela implementação de fato da Convenção 151 pela “negociação coletiva” e “ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal e pelo direito de fazer greves.

## **Assédio Moral e Assédio Sexual no ambiente de trabalho**

*A vida, como as crianças  
maltrata a quem a teme  
e respeita e obedece  
a quem a encara*  
**José Martí**

### **Assédio Moral**

As mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e a maneira como, principalmente as empresas, estão se organizando para a produção, são os principais causadores das violências sofridas por trabalhadores. Estudo divulgado pela ONU – Organização das Nações Unidas revela que há mais de 840 milhões de pessoas no mundo vivendo com fome crônica e mais de 1 bilhão vivendo com menos de U\$ 1 dólar por dia. Podemos crer que este exército de pessoas possibilita ao sistema capitalista que aí está a imposição, exploração, escravidão e os maus tratos, como via de troca para a sua manutenção no emprego, se é este termo que podemos considerar, para estas pessoas que são obrigadas a aceitar tanta humilhação para não serem demitidas e fazerem parte daqueles milhões de pessoas que vivem com fome.

As propostas impostas por práticas neoliberais no mundo do trabalho, tais como: gestão moderna, multifunção, exigências feitas ao trabalhador acima de suas possibilidades, flexibilização nos acordos trabalhistas, a concorrência selvagem no mercado de trabalho, entre outras, colocam o trabalhador, muitas vezes, em dúvida quanto à sua própria capacidade para enfrentar este novo desafio e oferece as condições ideais para o crescimento do assédio moral no mundo do trabalho.

Certamente, os danos causados por estes tipos de organização trazem consigo consequências de tamanha complexidade ou em muitas das vezes até ao extremo de eliminação da própria vida. E é neste espaço, por falta de regras claras que os oportunistas vêm se aproveitando para praticar o Assédio Moral no Trabalho. Evidentemente, essa prática do assédio moral não acontece somente no Brasil. O fenômeno, que é tão antigo quanto o próprio trabalho, vem crescendo assustadoramente, mesmo após a constatação de que ele leva os trabalhadores a ficarem doentes, a tentarem o suicídio ou a se suicidarem.

Informações publicadas na obra da Confederação Nacional do Ramo Químico “*Assédio moral: a tirania nas relações de trabalho*” expressam a preocupação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no que se refere ao aumento na incidência de problemas de saúde mental relacionados com as condições de trabalho em diversos países europeus e nos Estados Unidos, onde se registra que um em cada dez trabalhadores apresentava quadro de depressão, ansiedade, estresse ou cansaço, o que em alguns casos levavam ao desemprego e à hospitalização. Registra, também, perspectivas pessimistas para as duas próximas décadas, quando haverá a predominância de depressões, angústias e outros danos psíquicos relacionados à nova organização do trabalho, vinculada às políticas neoliberais, segundo a OIT e a Organização Mundial de Saúde.

Para melhor identificar esta violência, definiremos o Assédio Moral no trabalho, conforme o conceito descrito pela Dra. Margarida Barreto, autora do livro: *Violência, saúde, trabalho: uma jornada de humilhações*. Segundo ela, o assédio moral é: “a exposição de trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e aélicas de longa duração, de um ou mais chefes dirigidas a um ou mais subordinado(s), desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, degradando deliberadamente as condições de trabalho, cujo objetivo fundamental é forçar a demissão. Atinge a dignidade e a identidade”.

Considerando algumas pesquisas de especialistas no assunto, é importante salientar que é possível acontecer o assédio moral também sem o objetivo de levar a vítima à demissão, pelo simples prazer do assediador em manter a sua vítima presa às suas torturas psicológicas, com a intenção de satisfazer o seu prazer sádico. Podemos perceber, pela conceituação acima que o Assédio Moral acontece de forma hierárquica (na maioria das vezes), na horizontal e ascendentemente.

O assédio moral não se caracteriza por eventuais ofensas, sob pena de banalização da violência moral no trabalho e somente estará presente quando a conduta perversa for



repetitiva e por tempo prolongado, devendo estar caracterizada a habitualidade da conduta ofensiva dirigida à vítima. Ele é caracterizado por um processo de agressões psicológicas, visando desqualificar e desestabilizar emocionalmente a relação da vítima com a organização e o ambiente de trabalho.

Como o espaço para discorrer sobre a matéria é pequeno apenas daremos visibilidade as conseqüências, ainda que tenhamos ciência da repercussão do assédio em outros campos da vida do trabalhador, seja em seu o patrimônio, bem como nas relações interpessoais.

A Dra. Margarida Barreto, através de sua obra, explicitou o resultado de sua pesquisa, por meio da qual demonstra os prejuízos sofridos por trabalhadores, advindos das humilhações e dos constrangimentos. As conseqüências físicas e psíquicas do assédio moral são drásticas, como, por exemplo, as seguintes:

- ❑ Dificuldades para dormir, pesadelos, interrupções para dormir;
- ❑ Diminuição da libido;
- ❑ Sentimento de culpa;
- ❑ Pensamento suicida;
- ❑ Tentativa de suicídio;
- ❑ Passa a ter vícios;
- ❑ Aumento de peso ou emagrecimento;
- ❑ Alteração da capacidade de concentra-se e memorizar;
- ❑ Anulação dos pensamentos ou sentimentos que relembrem a tortura psicológica, como forma de se proteger e resistir;
- ❑ Anulação de atividades ou situações que possam recordar a tortura psicológica;
- ❑ Diminuição da capacidade de fazer novas amizades, redução do afeto, sentimento de isolamento ou indiferença com respeito ao sofrimento alheio, tristeza profunda;
- ❑ Sensação negativa do futuro, vivência depressiva;
- ❑ Distúrbios digestivos, hipertensão arterial, tremores, palpitações;
- ❑ Crises de choro;
- ❑ Entre outros.

Outra repercussão que não podemos deixar de citar, e que é muito freqüente, refere-se à saúde da **Empresa**. O custo para aquela organização que permite o Assédio moral em seu ambiente de trabalho é muito alto, não só pelos afastamentos constantes de trabalhadores por licença médica, mas para capacitar outros para os substituïrem naquele local de trabalho. Sem contar com o efeito negativo que traz a imagem da empresa. Vale lembrar também, que o pagamento das indenizações é de custo elevado. Relevante lembrar que a Lei nº 11.948/09 veda empréstimos do BNDES a empresas que tenham prática de assédio moral.

Assim como na iniciativa privada, o **Estado** sofre prejuízos bastante significativos, seja na área da Previdência Social, Saúde e Trabalho. Jorge Luiz de Oliveira, menciona em sua obra que estudo implementado pela Organização Internacional do Trabalho, em outubro do ano de dois mil, indicou que países da União Européia gastavam anualmente de 3% a 4% do PIB com problemas de saúde mental relacionados ao trabalho.

A Legislação Brasileira no Âmbito Municipal conta hoje com pelo menos 53 Leis aprovadas e 11 Projetos de Lei, Âmbito Estadual pelo menos 05 Leis e 05 Projetos de Lei (não há normatização no poder executivo), e no Âmbito Federal (não existe Lei específica de combate ao assédio moral). Entretanto, há uma 01 Lei de nº 11.948/09, de 16 de junho de 2009, veda empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a empresas que tenham prática de assédio moral e conta com 09 Projetos de Lei.

### **Assédio sexual**

A oportunidade de escrever sobre assédio sexual, ainda que num espaço reduzido, devido a orientações normativas do evento, é extremamente gratificante, por se tratar de um assunto que vem aterrorizando os trabalhadores, sejam eles do sexo masculino ou feminino. As conseqüências traduzem o Estresse emocional, Sentimento de culpa, Perda do poder de concentração, Ansiedade, Insegurança, Baixa auto-estima, Falta de motivação, Diminuição de produtividade, Transtorno de adaptação, entre outras. E, para nossa perplexidade o **assunto vem sendo deixado** de lado, ainda que tenhamos legislação específica para combater o fenômeno. Assim, prestaremos algumas informações de extrema relevância para categoria, no sentido de esclarecer o surgimento da expressão, os tipos de abordagem, a legislação que coíbe o assédio sexual e as diferenças entre o assédio sexual e o assédio moral.

Utilizaremos à obra do Autor de Assédio Moral no Ambiente de trabalho, Jorge Luiz de Oliveira da Silva, que discorre precisamente sobre as diferenças entre o assédio sexual e o assédio moral. Segundo ele a expressão assédio sexual no trabalho foi construída nos anos 70 nos EUA, e pode-se resumir o assédio sexual como uma situação em que a vítima é submetida, contra a sua vontade, a uma chantagem sexual, sob pena de ser severamente prejudicada em seu ambiente de trabalho, caso não ceda aos desejos do assediador.

O autor da obra Assédio Moral no Ambiente de Trabalho, seguindo orientações de Michal Rubenstein, ano 1986, divulgou três instrumentos de viabilização do assédio sexual, são eles: **1)** Conduta física: é a mais ostensiva e ousada, podendo se manifestar por meio de várias ações, que variam desde o ataque direto à vítima a sutis contatos físicos; **2)** Conduta verbal: é a mais comum no assédio sexual. Através dela, o assediador expressa suas propostas sexuais diretamente ou por intermédio de insinuações veladas, acrescentando, também, as ameaças, caso a proposta seja recusada e a **3)** Conduta não verbal: é a menos intuitiva, pois o assediador utiliza-se de ardis e subterfúgios para passar sua mensagem sexual à vítima, tais como: exibição de fotos pornográficas, prática de gestos obscenos, desenhos ou imagens de cunho sexual, bilhetes, ou qualquer outra forma que consiga incomodar a vítima em razão da conotação sexual, que possa significar uma proposta libidinosa.

É importante mencionar que o assédio sexual funciona sem aquela regra tendenciosa de que apenas o homem é protagonista do assédio. No mundo moderno a mulher, cada vez mais, tem ocupado posições de destaque nas atividades laborativas. Assim, nas relações de trabalho, com relação ao assédio sexual, tanto o homem quanto a mulher, podem figurar como atores da violência sexual. Vale salientar, que o assédio sexual pode acontecer entre pessoas do mesmo sexo, envolvendo desejos homossexuais.

Legislação - A lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal Brasileiro o Art. 216-A, criminalizando a conduta do assédio sexual e cuja pena é a detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

Para um melhor entendimento do fenômeno detalharemos quatro pontos que diferenciam o assédio sexual do assédio moral: **1)** Para que exista assédio moral é necessário que a conduta seja reiterada e habitual, prolongando-se no tempo, constituindo-se em autêntico processo de agressões (geralmente sutis e veladas). Para que exista assédio sexual somente é necessária a prática de uma conduta, desde que seja idônea, expressamente dos desejos do ofensor e ameaça à vítima. **2)** O constrangimento que é imposto à vítima do assédio moral consiste em paulatinamente ir depreciando seu íntimo e desajustando sua personalidade, até conduzi-la a um total desequilíbrio. Já o constrangimento imposto à vítima do Assédio sexual consiste em impor propostas sexuais não desejadas, acabando por atingir seu íntimo em razão do temor em ser prejudicada profissionalmente. **3)** No assédio moral as condutas são geralmente bem concatenadas e interligadas, exercendo um fator de agregação que irá resultar no desequilíbrio final da vítima. Essas condutas são demarcadas pela sutileza, passando isoladamente quase que despercebida pelos que estão no mesmo ambiente da vítima, a ponto do assédio moral ser conhecido como o risco invisível. Já no assédio sexual, geralmente, as condutas são mais arrojadas e incisivas, sendo facilmente percebida pelas pessoas que convivem no mesmo ambiente da vítima. **4)** O objetivo final do assédio moral é, através do desequilíbrio gerado na vítima, eliminá-la do local de trabalho, quer seja através da demissão, quer seja por intermédio de longos períodos de licença médica. É possível, também, que o objetivo do assediador seja manter a vítima sob seu controle, satisfazendo, assim, seu espírito sádico, não havendo interesse no afastamento do assediado. No assédio sexual o objetivo final é fazer com que, através do temor da vítima de ser prejudicada profissionalmente, esta ceda aos desejos sexuais do ofensor.

Assim, propomos uma grande mobilização no sentido de garantir a construção de instrumentos que não só impeçam o assédio moral, como também exclua definitivamente o assédio sexual no ambiente de trabalho.

### **Movimento Sindical no Brasil: Evolução e retrocessos**

É fundamental conhecermos a história do surgimento das organizações sindicais no Brasil, através das Ligas ou Associações de Resistências que usavam a greve como principal instrumento de luta nas conquistas de suas reivindicações. É importante levar em consideração a força do movimento operário brasileiro a partir do século passado sob a influência do anarco-sindicalismo até a década de 1920, e do comunismo leninista-marxista antes da tomada do poder por Getúlio Vargas.

É necessário identificar as mudanças que ocorreram na vida dos trabalhadores brasileiros com o advento da industrialização, sob a tutela do sistema capitalista que explora a classe trabalhadora em benefício da burguesia. Burguesia essa, que em momentos de crises econômicas como o da quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, não se envergonha de apoiar golpes de estado como aquele realizado por Vargas em 1930. Vargas governou por 15 anos, com mão de ferro, e forte controle para impedir a organização autônoma dos trabalhadores em seus sindicatos e partidos políticos.

A organização dos trabalhadores foi permanente, incessante, não aceitavam um sindicalismo de cooperação de classes, pois sabiam que dentro do modelo de industrialização subordinada aos interesses burgueses nacionais e internacionais, somente os capitalistas seriam beneficiados. Numa demonstração de total independência, os trabalhadores não aderiram às posições vacilantes dos comunistas que ao final do Estado Novo deram apoio a campanha do queremismo (movimento político em defesa de Vargas na presidência)

A partir do governo Dutra, em 1946, luta-se pela retomada da democracia no país e como protagonistas das lutas sociais, a classe trabalhadora, organizada em Associações e Sindicatos reage aos programas de arrocho dos capitalistas e avançam em suas conquistas por melhores salários e condições de vida. Obtendo vitórias expressivas que atravessaram desde o segundo governo Vargas até as fronteiras do golpe militar de 1964.

O regime de exceção, de puro terror, apoiado pela burguesia nacional e os EUA foi a forma encontrada pelos donos do capital que segundo diziam, iria pôr fim ao caos em que o país se encontrava, ou seja, a corrupção, a desordem e o comunismo. Na prática, aquele período se tornou um dos mais horrendos de nossa história. Ocorreram intervenções nas organizações dos trabalhadores urbanos e rurais, prisões de dirigentes, exílios e mortes dos que resistiam com dignidade às opressões.

Contudo, em plena ditadura a reação dos trabalhadores após um período de lutas e enfretamentos ao regime resultou na criação de partidos políticos e centrais sindicais como instrumentos legítimos de representação das questões da classe trabalhadora. O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), simbolizaram naquele momento, grande avanço na consciência política dos trabalhadores do Brasil.

Entretanto, a disputa não podia se dar apenas no parlamento, era necessário criar uma organização que pudesse reunir todos os trabalhadores dentro de uma mesma linha de pensamento ideológico que servisse como base de sustentação do PT. Nessa perspectiva as organizações de esquerda criam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que nasce com o objetivo único de reunir todos os militantes sindicais para difundir os ideais de transformações sociais há muito desejado pela classe trabalhadora, inclusive, dentro do setor público.

Com a fundação da CUT, inicia-se dentro da organização dos trabalhadores do serviço público uma nova fase, pois até então não era permitido que os servidores públicos se organizassem em sindicatos, o que existia eram associações recreativas. Com a criação da CUT, os servidores públicos transformam as associações recreativas em organização sindicais de resistência e reivindicações. Tanto que em 1987, os servidores técnico-administrativos, iniciam uma greve que teve duração de 120 dias, onde conquistam um plano de cargo e salário – PUCRCE, unificando os proventos de todos que exerciam suas atividades nas Universidades Públicas Federais.

Na constituição de 1988, os movimentos sindicais e sociais com o apoio do Partido dos Trabalhadores garantem conquistas, através de muita mobilização vitórias, como a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que o Estado aplicasse o percentual de 18% de sua arrecadação na Educação Superior.

Na década de 90, registramos dois momentos importantes na história do país, o primeiro é a cassação de Fernando Collor de Mello e o segundo é a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na Presidência da República. FHC, apoiado pela grande burguesia nacional e internacional dá início a implementação da política neoliberal do Estado mínimo. Daí se inicia uma série de nefastas intervenções na economia do país, como a Reforma da Previdência com a Emenda Constitucional 20, as privatizações de empresas públicas e a mercantilização da educação e da saúde. Durante todo esse processo o Partido dos Trabalhadores juntamente com a CUT eram os grandes opositores desta política entreguista.

Em 2002 assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, operário oriundo do movimento sindical, grande opositor de FHC, aquele em que todos os trabalhadores depositaram suas esperanças para um projeto de transformação político-social do país. Entretanto, o que se realizou logo no início de seu governo foi submeter aos aposentados um arrocho de 11% em seus salários, além de lutar pela emenda constitucional 41, que impôs aos servidores públicos mudança nas regras de aposentadoria, aumentando a idade mínima para 60 anos para homens e 55 para as mulheres. A luta dos servidores contra essa emenda constitucional foi grande, porém, foram traídos pela Central Única dos Trabalhadores que desmobilizou grande parte da categoria no embate contra o projeto do governo Lula.

Com Lula na Presidência da República, a CUT que tinha a credibilidade da maioria dos trabalhadores, sendo o diferencial no movimento sindical pela sua oposição aos governos de direita, se transformou em braço sindical do governo Lula, apoiando todas as reformas neoliberais que iam contra os interesses dos trabalhadores. Diante desse desvio de princípios da CUT, que incorpora a postura do neopeleguismo, os militantes insatisfeitos com essa leviandade de não mais organizar as lutas em prol dos trabalhadores, se articulam, pensam uma nova alternativa e criam a Conlutas – Coordenação Nacional de Lutas, para se contrapor a CUT.

O Partido dos Trabalhadores no poder não deu resposta aos problemas da classe trabalhadora, ao contrário, aprofundou os projetos neoliberais dividindo o movimento e enfraquecendo-o. A política desenvolvida até o momento atende única e exclusivamente ao grande capital, não se diferenciou em nada dos governos de direita, muito pelo contrário, usando sua popularidade, o governo Lula aprofundou as políticas neoliberais que FHC não conseguiu encaminhar junto a sociedade. Dentre elas podemos citar a Reforma da Previdência, Privatização dos Hospitais Universitários, Congelamento de Salários por 10 anos, Privatizações, Terceirizações, divisão dos trabalhadores do setor público com a negociação individual, quebrando a espinha dorsal das organizações e criação do Fundo de Pensão, que impõe um teto salarial aos servidores, ou seja, tudo que o PT era contra, antes de chegar ao poder.

Mas os trabalhadores tiveram a oportunidade de mudar o quadro político no país em 2010, através da realização do CONCLAT, onde a CONLUTAS e demais organizações de esquerda reuniram mais de 3.000 mil trabalhadores, momento único da fundação de uma Central de esquerda para se contrapor ao modelo das Centrais neopelegas existentes. Entretanto, o que se presenciou naquele CONCLAT foi uma disputa de vaidades entre os representantes dos trabalhadores, por intermédio de suas correntes políticas, o que não deveria acontecer,

pois luta contra o capital e seus representantes requer de todos nós, unidade, humildade, e consequência para com os compromissos assumidos com a classe trabalhadora, caso contrário, estaremos fadados a derrota.

Como superação para o atual momento de reconstrução política da classe trabalhadora e ao legítimo e consequente movimento sindical ( que ao longo de sua história tal como nos dias atuais repudia a tutela do Estado, combate o capital e seus representantes) fica o legado da resistência originária daqueles que, nos primórdios do século 20 se puseram contra a exploração dos trabalhadores e hoje nos ajuda a pensar como avançar na luta, para desmistificarmos os ídolos de barro criados pela pseudo-esquerda, hoje totalmente atrelada a este Estado burguês.

### **Formação sindical: o segredo para ação política do trabalhador**

Ao longo dos últimos anos, temos observado a participação dos trabalhadores nos movimentos sindicais e também os efeitos causados por essa participação ao meio ambiente do qual fazem parte. Em diversos momentos, seja nos encontros sindicais, em assembleias, em congressos, em outros eventos ou através de conversas sinceras, buscamos saber por parte do trabalhador o motivo que o leva a participar daquele ato, evento ou movimento político. Como resposta, obtivemos diversas informações que em sua maioria não traduzem as orientações debatidas e tiradas em seus fóruns democráticos, muitas das vezes contraditórias às prestadas por líderes sindicais.

Outro momento que nos chamou a atenção pautou-se nas diversas pesquisas realizadas em assembleias, quando buscamos saber o motivo que levam os trabalhadores, em sua maioria, a não se pronunciarem em assuntos de seu interesse. Vale ressaltar que, neste ponto, registramos fatos de extrema relevância, como por exemplo o comportamento de alguns trabalhadores que atendem a pessoas nos serviços de protocolo, nas secretarias escolares, na secretaria do vestibular, entre outros ambientes da instituição que, quando se encontram nos locais de almoço e nos corredores do local de trabalho, conversam sobre questões sociais, políticas, econômicas e demais assuntos do dia-a-dia. Nestes ambientes, estes trabalhadores expõem os seus conhecimentos, debatem sobre diversos temas e questionam colegas de trabalho quando há ruídos na comunicação. Entretanto, não conseguem, perante pessoas e ambientes diferentes, ter o mesmo desempenho.

Assim, procuramos algumas desses trabalhadores para saber quais os motivos que os levavam a ter aquele tipo de comportamento, particularmente nas assembleias. Os argumentos foram diversos. Destacamos alguns que entendemos como causadores de efeitos:

- . Insegurança da informação que estariam prestando às diversas pessoas;
- . Medo de colocarem suas idéias e incorrerem em erros de linguagem;
- . Insegurança por não saberem se expressar de forma bonita e correta para falar em público;
- . Insegurança por falta de conhecimento das matérias levadas por líderes sindicais para debate.

Outro assunto analisado foi a inconstância do trabalhador com o envolvimento nos movimentos sindicais, principalmente, no que se refere à sua ausência de casa, por dias, para participar de ações políticas, por vezes, em outros estados e de sua participação mais constante nas assembleias. Neste caso, perguntamos sobre suas experiências quando viajavam e os motivos de suas ausências em outros eventos. Como respostas obtivemos que, quando se ausentavam de casa, a convivência com pessoas de outros estados os engrandeciam, porém, ao retornarem, surgiam problemas com os seus cônjuges e familiares, porque eles se sentiam à parte de seus conhecimentos e convivências. Também, alegavam brigas por ciúmes por parte dos cônjuges, por acharem que eles estavam com outros(as) companheiros(as), na farra , etc.

Achamos importante mencionar que desta análise, pudemos perceber que muitos participavam do evento sem nenhuma preparação ou conhecimento do ato em que estariam envolvidos, e que apenas haviam se colocado à disposição para receber o dinheiro da(s) diária(s) ou por amizade ao colega de trabalho.

Fato que vem tirando o sono dos líderes sindicais, decorre da ausência de servidores novos aos fóruns de discussões da categoria. Muitos desses trabalhadores dizem temerem por represálias, por estarem se juntando aos sindicalistas no período em que estão sendo avaliados no Estágio Probatório. Quanto à ausência de trabalhadores nas assembleias, ouviu-se dos mesmos que a pauta para a discussão estava distante de seus interesses.

Diante das informações colhidas, procuramos orientações de autores nas áreas de comunicação, ciências humanas, ciências políticas, formação sindical e de alguns estudiosos no assunto, além de levarmos as nossas preocupações para diversos eventos ocorridos, principalmente em Brasília, em fórum de trabalhadores. Através das consultas e debates dos quais participamos, entendemos que a melhor opção para corrigir e prevenir questões como estas que abordamos acima, perpassava por uma Formação Sindical sólida, com o entendimento que este era o segredo para ação política do trabalhador e, que deveria nortear pelos os seguintes eventos:

- . Cursos de alfabetização, médio, graduação, pós-graduação para trabalhadores e familiares;
- . Cursos que revelassem a História do Brasil para trabalhadores e familiares;
- . Cursos de Formação Sindical para trabalhadores e familiares;
- . Cursos de redação para trabalhadores e familiares;
- . Cursos sobre como se comunicar em público para trabalhadores e familiares;
- . Palestras sobre políticas sociais para trabalhadores e familiares;
- . Palestras sobre a organização e o desenvolvimento dos municípios e estados;
- . Palestra sobre a organização do Governo na esfera Executiva, Legislativa e Judiciária;
- . Palestras sobre a importância na participação nas associações de moradores e de sindicatos de trabalhadores;

- . Palestras sobre a organização e desenvolvimento na luta por melhorias sobre a saúde do trabalhador;
- . Palestras sobre a importância da construção coletiva de um estatuto ou regimento nos locais de trabalho para a classe trabalhadora;
- . Palestras sobre a importância da construção coletiva de Políticas de Recursos Humanos;
- . Palestra sobre Gestão de Pessoas para a classe trabalhadora;
- . Encontros entre sindicalistas, associação de moradores, trabalhadores e familiares para tratar de questões que levam conseqüências a seus ambientes familiares;
- . Palestras sobre Planejamento Orçamentário e Financeiro
- . Entre outros assuntos de interesse da categoria.

Certamente que, tudo isso deverá ser planejado e executado de forma a atender as demandas, na ordem emergencial, em curto prazo e em longo prazo, cuja organização deverá ocorrer de forma alinhada, entre os sindicatos e associações nos diversos estados do Brasil. O apoio pode ser adquirido dentro das universidades, DIEESE, entre outros órgãos de expressão e de confiabilidade dos trabalhadores.

Desta forma, pensamos estar contribuindo para o fim da insegurança do trabalhador ao prestar informações a diversas pessoas, são elas: os que têm medo de colocar suas idéias por cometer erros de linguagem, estariam proporcionando ou levando a forma correta de comunicar-se em público; também no conhecimento necessário das matérias levadas pelos seus sindicatos ou por outro setor de seu interesse, para o debate e a construção democrática das propostas. Por fim, diminuir ou por fim aos conflitos conjugais atrelados ao assunto destacado no texto; ter o entendimento das diversas culturas para uma melhor convivência; repensar o ambiente de trabalho e de casa para melhorar a qualidade de vida e ter a recompensa de ver retornarem os trabalhadores aos seus fóruns de discussão.

Certamente, outros conhecimentos deverão ser socializados entre as partes envolvidas e, o estudo de teorias sobre os interesses dos seres humanos deverá ser aprofundado, para um melhor entendimento das questões necessárias ao desenvolvimento das organizações e do ser humano no processo de formação sindical.

### **HUs, Ebserh e a Saúde do Trabalhador**

Contextualizar os Hospitais Universitários é impossível sem o SUS, pois muitos HUs foram os protagonistas do Sistema Único de Saúde através da formação dos profissionais que atuam no SUS. Cada Hospital Universitário ou Hospital de Clínicas, possui sua história na edificação da saúde pública, do SUS com acesso universal, integral e equânime, refletindo o compromisso dos dirigentes locais na sua plena consolidação.

Inúmeras pessoas comprometidas com os princípios deste sistema estiveram na oposição lutando contra a ditadura, que impôs o INPS depois o INAMPS, pessoas estas, que fundaram o partido dos trabalhadores, alguns outros que migraram de outros partidos tidos revolucionários. A única revolução real é a proposta do SUS, tendo os HUs como laboratório



permanente no seu fortalecimento, criado na Constituição Federal de 1988, regulamentada pelas leis 8.080/90, bem como a 8.142/90.

O SUS começa a enfraquecer a partir das portarias de contratualização e certificação dos chamados hospitais escolas com parâmetros burocráticos, criados pelo MEC e MS justificando os minguados repasses financeiros que só atendiam a miopia congênita dos “revolucionários” administradores do sistema capitalista com estrelas vermelhas.

Não bastasse a trincheira do Conselho Nacional de Saúde – CNS – lutando pelo fortalecimento do SUS em nível nacional, os segmentos do CNS (muitos dos quais figurando por estrelas vermelhas), passaram a blindar o governo que estava com “sua política em disputa” construindo um novo SUS ao contrário que FHC fez. Plantaram durante todo o governo Lula esta disputa, tanto os representantes da academia, como os trabalhadores ligados à CUT, os usuários representados por profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas ligados às suas hostes partidárias tais como PT, PCdo B ...), tendo inclusive resolução do próprio CNS, questionando esta forma oportunista de representatividade.

Veio o monstro da fundação estatal de direito privado, ressuscitado por um parlamentar do PT gaúcho. A luta empreendida pelo CNS através dos seminários dos modelos de gestão no SUS, não conseguiu barrar, sequer conscientizar os revolucionários estrelas vermelhas, que o SUS necessitava da regulamentação da EC-29, conforme o movimento sanitário nacional havia encaminhado nas instâncias do controle social, culminando na 12ª Conferência Nacional de Saúde a contrariedade desta aberração no SUS por onde os HUs estão vinculados conforme artigo 45 da Lei 8.080/90.

Os HUs já estavam com sua condição de extensão acadêmica jogada ao descaso quando da aprovação da lei que criou a Ebserh ( Lei 12.550) e o decreto que criou o estatuto social da Ebserh (Decreto 7.661/28.12.11). Os emblemas criados na militância para o SUS devem fazer Sérgio Arouca revirar em sua sepultura, quando se vê o blog “Saúde com Dilma” onde noticiam com arroubos de felicidade a aprovação do referido estatuto da Ebserh.

Fizeram pelos HUs o que o governo tucano de FHC não conseguiu fazer, pois naquela época os estrelas vermelhas fizeram o projeto de fundação estatal cair, alegando privatização da saúde, no entanto, temos a Ebserh para gerenciar, absorver o patrimônio dos HUs com a falácia de vínculo ao SUS, realizar contratos de compras, de contratar pessoal com pacto de meta. Tudo acertado entre gestores locais com a sede em BSB. Quem garante que os serviços complementares dos HUs ( exames de laboratório, eletrocardiograma, ultrassom, exames de hemodinâmica, etc ) estarão vinculados ao SUS, sem cobrança em espécie ou convênio privado daqui cinco anos, sendo que a Ebserh visa lucro e irá gerenciar tais serviços ? Qual a diferença do SUS antes do PT ser governo e agora ?

Alguns dirão que melhorou através do SAMU e das UPAs, mas as estatísticas de desemprego, violência, traumatismos por acidente, agravos em saúde do trabalhador só aumentam, apesar das manipulações de alguns governos locais. O que dizer da dengue ? Que dizer das estradas que fazem a ambulancioterapia derraparem pelo país ? Qual o real retrato da política de valorização dos profissionais de enfermagem nos HUs com a política

de transplante ? Só os médicos merecem valor ? Qual a melhoria para os trabalhadores da saúde nos HUs com APHs ? Que governo é este, que alguns insistem em dizer que “apesar de tudo é um governo de contradições”, investem fortunas para ampliarem as acomodações em estádios de futebol e as emergências de vários HUs e hospitais pelo país, amargam a superlotação desumana, refletindo a falta de respeito à dignidade da população ?

A FASUBRA Sindical tem espaço no plenário do Conselho Nacional de Saúde – CNS – por acordo entre a CUT e seus parceiros, estando assim na condição de suplente, mas participa em qualquer comissão interna do pleno. Assim, deveria estar na luta tal como propomos.

- Tenha a FASUBRA uma atuação condizente com sua categoria, defendendo intransigentemente os princípios do SUS, a manutenção intransigente dos HUs vinculados ao SUS sem a Ebserh;

- Articular politicamente com seus pares do segmento usuários a eleição de um representante dos usuários como presidente do CNS;

- Apresentar a cada 04 meses relatório das atividades desempenhadas por seu/sua representante no CNS em plenária estatutária;

- A FASUBRA forme oficinas permanentes de formação para as entidades de base, através de seminários específicos para a capacitação de representantes nos conselhos de saúde, sejam municipais, distritais e estaduais, visando monitorar pelo conselho de saúde as ações cumpridas e não cumpridas, alterações posteriores no plano de metas pactuado nos respectivos conselhos de saúde que envolvam a Ebserh e sua relação no desempenho da política de saúde em nível local, visando denúncia ao Ministério Público;

- A FASUBRA através de seu representante no CNS, articule via DN a capacitação de delegados eleitos em conferências de saúde para defesa dos HUs e a prestação de contas da Ebserh, junto às conferências e plenárias de saúde em nível nacional;

- A FASUBRA construa através de seu Depto. Jurídico instrumento jurídico-político, questionando a legitimidade, visando a revogação da Ebserh.

### **A Saúde do Trabalhador aos Trabalhadores/as das IFES pela FASUBRA Sindical**

Ante as ameaças reais da retirada cada vez maior dos direitos dos/as trabalhadores/as, observamos o movimento sindical capitulando aos interesses do capital, alguns até aliados aos representantes do poder neoliberal. O que estarrece é a cambada de pseudosindicalistas nas estruturas do poder, que é temporal, ocupando cargos de chefia e direção, sejam nos ministérios, secretarias de governo federal, estaduais e municipais; promovendo assim a não reação da classe trabalhadora no serviço público e até fora dele. Esta é a conjuntura desenhada pelo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva e seu partido, assim como na próxima aventura eleitoral, vemos também o PSOL construindo alianças com partidos de tradição espúria.

Com a cooptação de grande parte do movimento sindical brasileiro a política pública chamada SUS – Sistema Único de Saúde, organizada na CF de 1988 e pelas leis 8.090/90 e 8.142/90 e demais portarias que integram uma gama da legislação do SUS, vem vivendo seus estertores sem prognóstico de melhora ante a regulamentação neoliberal da EC-29, manutenção da DRU e a falácia do déficit da previdência que repercute na política de contratação de pessoal, bem como a lei nº 101 de 04.05.2000 a lei trabalhada na

inconsciência coletiva da população como lei de responsabilidade social ( até a mídia burguesa massificou esta aberração).

A FASUBRA Sindical vem ocupando posição no Controle Social do SUS no Conselho Nacional de Saúde no segmento usuários, e compõe a bancada sindical no CNS, fazendo parte do debate constante no fortalecimento do controle social do SUS, porém, com a Saúde do Trabalhador, pouco ou nada realiza para os servidores públicos, ou os Técnicos Administrativos em Educação das IFES, aumentando a demanda reprimida no SUS, em especial à Saúde do Trabalhador.

A Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS – MNNP-SUS, disparou um protocolo, visando “a promoção da saúde dos trabalhadores da saúde no SUS” sem que objetivamente, tivesse os dados das notificações de agravo por acidentes e/ou doenças ocupacionais (LER, dermatoses, envenenamentos, sofrimento mental, assédio moral e câncer relacionado ao trabalho ).

Ocorre, que o governo federal em 2004 criou um incentivo financeiro repassado aos estados e municípios para a partir dos prontos socorros do país, qualificados em notificação compulsória, fortalecer a rede sentinela de notificação compulsória de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho onde centenas de trabalhadores/as da saúde, e aí incluso os Técnicos Administrativos em Educação lotados nos HUs, foram atendidos em pronto socorro e/ou emergências e geraram um documento que pode ser utilizado para mensurar o quantitativo de agravos em saúde do trabalhador em todo o país. Mas, a bancada sindical na referida MNNP fechou com o governo, não apurando os dados oficiais por agravo, sexo, idade, região do país e qual o sistema produtivo que o/a trabalhador/a pertence, ou seja, se servidor/a público/a ou do sistema privado. Lamentavelmente a bancada sindical sem entender a implicação destes dados junto ao governo e seu sistema produtivo, omitiu-se da realidade trágica do número de pessoas, inclusive crianças, afetadas pela epidemia de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho que podem ser evitadas a partir de uma política que expresse a realidade.

Legitimamente, uma parte da categoria optou por contratar um plano de saúde privado, visando assegurar um direito constitucional, conforme o art. 196 da CF/1988 diz:

*“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”*

O que realmente melhorou com a opção legítima da categoria em contratar um serviço privado de saúde a si próprio/a e aos seus familiares? O que dizer do nefasto exemplo do Sr. Secretário de Recursos Humanos do MPOG, que diante de uma síncope, seguida de complicações graves que culminaram com um infarto agudo, lhe foi negada assistência em três unidades de saúde pois seu convênio não era aceito, culminando em óbito do referido secretário ?

No ano de 2009, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, lançou o DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009, que regulamentou no âmbito do serviço público federal os exames periódicos. Sendo que nos níveis locais, contratou a

responsabilidade em organizar tais exames aos TAs, com empresas privadas em nada melhorando a saúde dos trabalhadores/as técnico administrativo das IFES, ao contrário, onerou o orçamento em serviços de saúde que complicam o acesso.

O decreto 6.833 de 29 de Abril de 2009 organizou o *SIASS – Sistema integrado de Saúde do Servidor*, que o MPOG está implantando em todo o país, mas na prática não articula com a política pública da Saúde do Trabalhador do SUS, e descaracteriza o servidor público do resto da população.

A política de saúde do trabalhador compreende uma visão ampla da realidade do ambiente, da organização, dos agravos, dos riscos e morbidade, do impacto que novas tecnologias operam nos/as trabalhadores/as. Portanto, necessita uma ação concreta de apuração dos dados acima descritos.

Estas fragilidades devem ser reduzidas/eliminadas junto à categoria através de uma ação efetiva que monitore estes dados através de uma pesquisa com caráter técnico, visando apontar diretrizes que se tornem uma política de redução e extinção dos danos a que se submetem o conjunto da classe trabalhadora das Universidades Federais.

Apontamos a proposta de uma assessoria técnica em saúde do trabalhador com formação em saúde mental, atuando em conjunto com o setor jurídico da federação e com toda a DN, visando ampliar a expectativa e qualidade de vida, de saúde de cada trabalhador e trabalhadora filiados aos sindicatos de base, que hoje estruturam a FASUBRA Sindical, que são assediados moralmente para atender uma lógica produtivista cada vez mais imposta à comunidade universitária.

### **Da previdência pública a previdência privada, uma involução social**

Quando Fernando Henrique Cardoso fez aprovar a Emenda Constitucional nº 20 de 1998 (doravante EC 20/1998), ali começou mesmo que timidamente a reforma da previdência para o setor público e privado. Depois, vieram as duras reforma impostas pelo governo Lula, aprofundando ainda mais o arrocho previdenciário desmedido através das Emendas Constitucionais nº 41/2003 (doravante EC 41/2003) e um pouco minimizada pela Emenda Constitucional nº 47/2005 (doravante EC 47/2005), isto tudo no dito governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva.

Até a Emenda Constitucional nº 20 (EC 20), de dezembro de 1998, a aposentadoria era concedida para os servidores diante do cumprimento do tempo de serviço que, para a aposentadoria integral, era de 35 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. Havia ainda a possibilidade de aposentadoria proporcional aos 30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres. Após a EC 20/1998, foram aprovadas as EC 41/2003 e EC 47/2005, com novas alterações no sistema previdenciário dos trabalhadores públicos. Desta forma, questões como a idade do servidor, o sexo, o tempo de contribuição, o tempo no serviço público, o tempo no cargo em que se dará a aposentadoria e, sobretudo, a data em que o servidor implementou as condições para a aposentadoria passaram a ser fundamentais na definição dos critérios para a própria aposentadoria, forma de cálculo, aplicação ou não de redutor, manutenção ou não da paridade e da integralidade, etc.

Mas, piorando a questão o governo Lula envia em 2007 ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 1992/2007 (doravante PL 1992/2007) que Institui o regime de previdência complementar para os servidores federais titulares de cargos efetivos, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição (hoje, R\$ 3.916,20), autoriza à criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – FUNPRESP, e dá outras providências terríveis aos futuros trabalhadores públicos.

Portanto, para os novos trabalhadores do Serviço Público, o governo federal garantiria no Regime Próprio o limite de R\$ 3.916,20 e tudo que fosse acima deste valor o trabalhador federal complementar no fundo de pensão. O sistema do maléfico fundo é baseado em contribuições mensais com valores conhecidos pelo trabalhador público, mas o problema é que o beneficiário nunca saberá de fato o valor real que irá receber ao se aposentar, pior, por quantos anos ele receberá o valor inicial da aposentadoria, como assim?

O plano é de contribuição certa e benefício incerto. **“O benefício variará de acordo com as reservas acumuladas no período de contribuições, a qual guarda relação direta com rentabilidade auferida com as aplicações financeiras ao longo do tempo e alteração dos fatores que interferem no equilíbrio atuarial”** Luciene Pereira do Sindilegis.

A criação do Fundo significa transformar a Previdência – que é sinônimo de segurança – em aplicações de risco. **“O modelo atual de Previdência é alvo de ataques do setor financeiro nacional e internacional porque a intenção é apropriar-se desses recursos para destiná-los aos encargos da dívida pública”** Maria Lúcia Fatorelli, Auditoria da Dívida Pública.

Portanto, o governo Lula e agora o governo Dilma, estão entregando a previdência nas mãos da agiotagem nacional e internacional, pois estaremos sujeitos as regras do Deus Mercado e como assistimos as tragédias dos fundos de pensão do Chile, Argentina, recentemente da França e dos Estados Unidos. Podemos facilmente prever a onde tudo isto irá terminar, ou seja, a quem este fundo de pensão exterminará, no caso, nós os trabalhadores públicos, pois em caso de falência o governo federal garantiria apenas a pensão de R\$ 3.916,20 se fosse hoje.

Temos os Projetos de Emenda Constitucionais nº 270/2008 e 555/2006 (doravante PEC 270/2008 e PEC 555/2006) que minimizam um pouco as cruéis reformas do governo Lula para os atuais trabalhadores públicos, mas o futuro é o fundo de pensão, infelizmente.

Além disso, quando é para ajudar a melhorar a aposentadoria dos trabalhadores públicos, tudo se arrasta e, o que temos de mais avançado tramitando por dentro do Congresso Nacional é a PEC 270/2008 que foi votada em primeiro e segundo turno no plenário da Câmara Federal, foi aprovada por esmagadora maioria. Agora, a mesma foi enviada para o

Senador Federal a terá que percorrer todas as comissões, pois não tem a urgência necessária naquela casa do “povo brasileiro”.

Como sabemos a PEC 270/2008, garante ao trabalhador público que se aposentar por invalidez permanente o direito dos proventos integrais com paridade e a PEC 555/2006, extingue a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos trabalhadores públicos aposentados, revogando o artigo 4º da Emenda Constitucional 41, de 2003, que instituiu a reforma da Previdência imposta por Lula a todos nós.

Enfim, vivemos num estado cada vez mais mínimo para o povo trabalhador e cada vez mais máximo aos banqueiros e outros agiotas, sanguessugas do erário público e tudo isto com a total participação do Partido dos Trabalhadores e do PC do B. Portanto, a união de todos nós nesta luta em prol da previdência é vital não apenas a nós, mas, vital as nossas famílias e país, pois uma velhice segura é a garantia da nossa plena cidadania e dignidade.

### **Avaliação do movimento grevista de 2011**

Nós, do PENSAMENTO SINDICAL LIVRE (PSLIVRE), não precisamos escrever muito para afirmarmos categoricamente que o movimento GREVISTA de 2011 foi marcado pela pelo abandono e conseqüentemente pela traição com toda a nossa categoria, praticado pela Tribo, CSD e CTB.

A blindagem servil nunca vista nos 33 anos de história da FASUBRA Sindical, feita pelas forças acima citadas, foi algo inimaginável, pois de forma aberta protegeram um governo neoliberal, adepto a privatária mais requintada que as praticadas pelo tucanato, foi algo que não merece sequer o perdão dos trabalhadores, pois abandonaram toda uma categoria para proteger um governo reacionário, que criminaliza os movimentos sociais, vide o processo que sofremos (as entidades dos que lutaram, pois as deles ficaram de fora) durante a greve, por ação da Procuradoria Geral da República (AGU). Aliás, a tese do judiciário era muito parecida com as teses que eram escritas à época da greve pelos blocos cutistas e pela CTB. Portanto, estas atrocidades foram feitas para proteger um governo da direita neoliberal (DILMÁ) e tudo em detrimento da nossa categoria.

Acreditamos que todo movimento grevista é feito a partir do esgotamento de todas as possibilidades de negociações, isto para nós é líquido e certo. No caso da greve de 2011 foram 43 reuniões infrutíferas, o que levou a categoria a lutar. Afirmamos, sem medo de errarmos, que trabalhador nenhum gosta de fazer greve, pois consideramos toda e qualquer greve algo muito cansativo e perigoso, pois os trabalhadores arriscam tudo para arrancar do capital algumas poucas gorduras para dar um pouco mais de dignidade as suas famílias.

Portanto, quando iniciamos um movimento grevista, o mínimo que se esperava daqueles que se intitulavam como lutadores em defesa da classe era a vontade de lutar, pois ficar blindando e chamando unidade soa falso por demais e não engana a ninguém. Nós afirmamos que unidade de fato se dá através e/ou por dentro da luta, pois é comum confundirmos unidade com unanimidade, coisas bem diferentes. Na greve de 2011, o que

tivemos foi abandono por parte dos governistas (Tribo, CSD e CTB) é esta foi uma triste tônica que rasgou toda a história de luta da FASUBRA.

Neste sentido, lamentamos a postura equivocada e sem compromisso com a categoria por parte da Tribo, CSD e CTB, pois preferiram blindar os seus partidos políticos (PT e PC do B), o seu governo neoliberal (DIL-MÁ) e as suas centrais chapa branca (CUT e CTB), do que de fato fazer a luta ao lado da sua própria categoria. Portanto, naquele dia que a Tribo, CSD e CTB abandonaram a greve, deixando a outra metade que queria lutar sozinha à própria sorte, foi uma vergonhosa punhalada nas costas da categoria e da própria FASUBRA. Sem contar que com essa postura rasgaram a regra mãe da democracia que dizem defender que é aceitar a vontade da maioria.

Não foi sem razão que as suas próprias bases, de forma inédita e guerreira, os mandaram voltar para a luta, pois os trabalhadores não querem saber de governos neoliberais, partidos políticos de direita ou centrais chapa branca, na verdade, elas querem melhores condições de vida, condições laborais salubres e muita dignidade para com as suas família, obviamente, com salários dignos.

Agora, em 2012, assinamos um protocolo com o governo que estabeleceu um prazo final para as negociações, até 31/03/2012. Porém, com o falecimento do Secretário SRH/MP Duvanier Paiva em meados de janeiro de 2012, só voltamos a ter reuniões em março de 2012, ou seja, praticamente ferindo de morte a data limite de 31/03/2012. Como estamos em ano eleitoral, por força de lei, tudo tem que ser encerrado antes de maio de 2012, sendo assim, ficam as perguntas: Vamos fazer o quê? Vamos aceitar calados mais esta embromação do governo neoliberal de DIL-MÁ? Vamos ficar 2012 e 2013 sem nada? Nós, do PSLivre respondemos que só temos um caminho que é: LUTAR, LUTAR E LUTAR!

Nesse sentido, caso fracassem as negociações até 31/03/2012, não nos restará outra saída a não ser chamarmos mais uma vez uma greve geral por tempo indeterminado com todo o conjunto dos Servidores Públicos Federais, e/ou até sozinho se preciso for, pois não vamos blindar governo nenhum e a luta por dignidade é o nosso nome e sobrenome.

### **Mulher pensando livre e fazendo a luta**

*Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,  
humanamente diferentes e totalmente livres*  
**Rosa Luxemburgo**

A vida das mulheres é marcada por condicionantes sociais: desde a educação familiar, os comportamentos recomendados e aceitos, a profissão a ser escolhida, a imposição de padrões sexuais e estéticos, moldam o que se espera de uma mulher desde que nasce. Fortes fatores culturais, econômicos e sociais conduzem estas escolhas. Estas situações, repetidas geração após geração, perpetuam a dominação. Os dois séculos de expansão do capitalismo estiveram sempre acompanhados da desigualdade social, entre essa, a de gênero.

A inserção e a permanência das mulheres em condições de igualdade com os homens no mundo do trabalho não é uma realidade factível apesar das altas taxas de participação no

mercado de trabalho. As mulheres apresentam maiores níveis de escolaridade, junto com atitudes e habilidades requeridas para o mundo do trabalho globalizado repleto de novas tecnologias cada vez mais complexas, mas enfrentam sérios obstáculos à sua participação no mercado de trabalho em patamar de igualdade com os homens.

O fato de termos uma presidente mulher e algumas mulheres assumido cargos nos ministérios, estatais, fundações, etc. não mudaram as formas de reprodução das desigualdades de gênero, estas são explicitadas historicamente pelas dificuldades encontradas pela mulher no acesso ao mercado de trabalho.

O mundo do trabalho em que estamos contextualizando os processos de construção e manutenção de desigualdades de gênero é marcado estruturalmente pelos conflitos entre o capital e o trabalho. Globalmente as relações de trabalho mudam velozmente, novos mercados se abrem deslocando capitais e empresas, novas técnicas e tecnologias provocam mudanças radicais nos processos de trabalho permitindo ao capital o enxugamento do quadro de trabalhadores empregados. Exércitos de mão-de-obra barata em países de baixo desenvolvimento provocam alterações violentas nos custos de competitividade entre as empresas, que buscam compensar sua diminuição de lucro fragilizando as relações de trabalho, com demissões, diminuição de salários, precarização, etc.

No mundo inteiro trabalhadoras(os) buscam nos instrumentos de regulação, meios para barrar as iniciativas de desregulações dos direitos trabalhistas que geram relações de trabalho mais frágeis, mais precárias, próprias para um mundo onde o capital dorme investindo em uma parte do mundo e acorda movimentando estes mesmos recursos para outra parte do mesmo. Num mundo onde a especulação financeira predomina e fortunas se constroem sem ter que recorrer aos meios de produção, e, portanto, sem gerar empregos, o instrumento da Negociação Coletiva enquanto meio de resolução dos conflitos entre o capital e o trabalho retratam nos acordos produzidos, as garantias possíveis de manutenção dos direitos adquiridos em processos de negociação anteriores e as conquistas das trabalhadoras(os) em função da correlação de força do momento.

Apesar do instrumento de negociação coletiva ser uma ferramenta de produção e garantia de direitos que deveria cumprir o papel de promover a diminuição das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, a visão subjetiva da mulher como uma força de trabalho secundária que permeia o imaginário social, institucional, sindical, não o faz.

No Brasil, podemos dizer que teoricamente existe um espaço no mercado onde as relações de trabalho exigem uma igualdade de condições de gênero, pois está regulamentado pelo princípio da universalidade no acesso e pela isonomia das condições de trabalho, garantidas constitucionalmente. Este espaço regulado pelo Estado é o setor público. Observando o setor público, uma esfera absolutamente propícia à execução de políticas de promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho, as influências geradas pelo estereótipo da mulher como força secundária, permite a manutenção dos aspectos de desigualdade nas oportunidades de acesso, manutenção e desenvolvimento na carreira. Aqui o instrumento da negociação coletiva que ainda não existe de fato, não permite avançar de fato na promoção da igualdade de oportunidades, ao manter as pautas de reivindicações focadas apenas nos aspectos corporativos de caráter mais amplo (majoritariamente salariais).



## **A construção do estereótipo da mulher como trabalhadora “secundária” ou “incapaz”**

Os efeitos da condição de subvalorização econômica e social do trabalho da mulher têm a sua raiz estruturada nos signos e símbolos culturais que remontam à formação da sociedade, onde a condição secundária da mulher é forjada a partir da constituição de uma ordem de gênero de superioridade masculina e da divisão sexual do trabalho que permeia toda a estruturação da sociedade, não somente no que tange ao mundo do trabalho como permeia também toda a vida social e econômica. Na divisão sexual do trabalho, os homens são responsáveis pela produção, pelo provimento econômico e pelas esferas da vida pública. Às mulheres ficam responsáveis pela reprodução, pela esfera privada, e pelos processos do fazer doméstico e dos cuidados familiares aos quais não é dada valorização econômica.

A noção da mulher enquanto força secundária no mundo do trabalho resiste às evidências presentes no dia a dia sobre o comportamento e o desempenho laboral das mulheres. Ainda que esteja definitivamente integrada ao mundo do trabalho enquanto força ativa, o imaginário social, das instituições públicas e privadas e mesmo do meio sindical (ainda que de forma menos consciente) é de que as mulheres só estão no mundo do trabalho quando não têm alternativas de provimento econômico, ou seja, quando se tornam responsáveis por si e pela família em função de morte ou ausência do homem provedor, ou quando o homem (a quem é dado à tarefa de prover) está momentaneamente incapaz de cumprir a tarefa, por desemprego, incapacidade física momentânea ou permanente, ou por diminuição da sua remuneração. Se não é mais possível negar a presença das mulheres no mercado de trabalho como força ativa, consolidada e crescente, o imaginário coletivo da sociedade ressignifica o papel da mulher no mundo do trabalho para acomodar os padrões culturais tradicionais da mulher na sociedade, e ao fazê-lo constrói a imagem de uma mulher trabalhadora que é vista como secundária.

Aos países mais pobres foram impostas políticas de ajustes estruturais nacionais que se refletiram em privatizações de empresas estatais e na reestruturação de políticas laborais convertendo emprego seguro em trabalhos precários e relações de trabalho flexibilizadas, com maior enfoque na redução de direitos trabalhistas e sociais. As mulheres em todo o mundo e em especial na América Latina têm suas vidas atingidas de forma profunda e desigual, com queda de salários, aumento de carga de trabalho e com a presença cada vez maior na economia informal. Agora vemos o que ocorre na Europa, com Grécia, Portugal e outros países atingidos por aquilo que já vivemos.

Dessa forma, podemos então entender como se estabelecem os aspectos subjetivos que estruturam todo o processo de desconstituição do papel da mulher trabalhadora no mercado de trabalho. Para vencer a luta pela igualdade de condições de gênero no mundo do trabalho, antes as mulheres tem que vencer a luta contra os estereótipos estabelecidos no imaginário social, institucional e sindical. Neste sentido, o papel de todas as mulheres (empregadas ou não) é amplificar a luta por nova ordem social de compartilhamento dos papéis do homem e da mulher nas esferas do público e do privado. O mundo do trabalho também pertence à mulher, assim como os espaços de poder e todo e qualquer espaço público.

### **A vulnerabilidade da mulher frente às relações de trabalho**

Apesar das mulheres estarem presentes na maioria dos espaços produtivos, a igualdade salarial em relação aos homens ainda é um desafio a ser superado. Dados empíricos indicam que mulheres assalariadas ainda recebem em média 70% do valor recebido pelos homens pelo mesmo trabalho, mesmo quando o grau de instrução é igual; o que demonstra que há uma discriminação concreta contra as trabalhadoras, em especial contra as mulheres negras. Segundo a Pnad 2009 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), os homens representam 80% do total dos brasileiros com renda superior a 20 salários mínimos mensais – à época o equivalente a R\$ 9.300,00 reais.

#### **Salários médio de mulheres ocupadas, segundo a Pnad**

2004	R\$ 613
2005	R\$ 646
2006	R\$ 705
2007	R\$ 735
2008	R\$ 758
2009	R\$ 786

Os dados apontam que de 624 mil pessoas ocupadas que recebiam os melhores rendimentos no país, 503 mil eram homens e apenas 121 mil, mulheres. Elas recebiam, em média, 67,1% do que recebiam eles: R\$ 786,00, enquanto os homens tinham rendimento médio de R\$ 1.171,00. Somando os valores dos dois sexos, a média nacional de rendimento ficou em R\$ 1.006,00. O levantamento exclui as pessoas que informaram não ter rendimento naquele ano.

A diferença de renda entre homens e mulheres fica mais evidente quando comparada a proporção dos trabalhadores, entre os dois sexos, que recebem mais de 20 salários mínimos. Enquanto 0,9% do total de homens com renda ganhavam mais de R\$ 9.300,00 por mês no ano passado, apenas 0,3% delas conseguiram a mesma condição financeira.

A pesquisa do IBGE aponta ainda que 34,9% das mulheres ocupadas, com idade igual ou acima de 10 anos, recebiam até um salário mínimo –9,6 pontos percentuais a menos que a média dos homens. No Nordeste a média é de 50%, enquanto no Sul é de 24%.

#### **Salários médio de homens ocupados, segundo a Pnad**

2004	R\$ 964
2005	R\$ 1.000
2006	R\$ 1.076
2007	R\$ 1.111
2008	R\$ 1.142
2009	R\$ 1.171

Levando em conta todas as mulheres em idade ativa, a partir de 10 anos, a Pnad 2009 revela que 77,7% das mulheres têm renda que não superam dois salários mínimos, chegando à marca de 88% no Nordeste. No sexo masculino, a média nacional foi de 64,4%. Entre as unidades federativas do país, o menor salário das mulheres era pago no Piauí (R\$ 541,00), e o maior no Distrito Federal (R\$ 1.879,00). Já entre o sexo masculino, a menor média era de R\$ 686,00, no Piauí, e a maior de R\$ 2.239,00, no Distrito Federal.

Além de ganharem menos, as mulheres têm o dobro de participação entre as pessoas sem renda no Brasil. Enquanto 12,1% delas não tinham nenhum rendimento em 2009, entre eles a média era de apenas 6,4%. Entretanto, levando-se em conta os dados da Pnad dos cinco anos anteriores, percebe-se que a diferença salarial vem caindo ano a ano. Em 2004, as mulheres com renda ganhavam, em média, R\$ 613,00. Em meia década, o valor saltou 28%. Já entre os homens com renda, no mesmo período, os salários tiveram alta de 21% – em 2004 era de R\$ 964,00 reais.

As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no entanto, vão além da desigualdade salarial. No Brasil e em diversos outros países da América Latina, as mulheres continuam tendo menor participação nas atividades econômicas, e são maioria no trabalho informal e entre a população desempregada, e continuam sendo **as maiores vítimas de assédio moral e sexual e das doenças laborais**. O Brasil tem uma distribuição de renda das mais injustas do mundo. Segundo dados da ONU, os homens recebem 2,4 vezes mais do que as mulheres. A feminilização da pobreza é evidente.

No Brasil, as mulheres também são preferenciais nas empresas que trabalham com tarefas reprodutivas (montadoras de componentes eletrônicos, calçadistas, tecelagem, empacotamento, bancos, etc.) e podemos notar diferenças salariais inclusive entre trabalhadoras que executam o mesmo tipo de tarefas em fábricas do mesmo grupo empresarial situadas em regiões diferentes como entre as calçadistas do Nordeste e do Sul, além de observar o crescimento de **doenças ocupacionais tais como LER/DORT ou stress**. Ex: Bancos. A presença das mulheres em postos de maior qualificação também aumentou, no entanto, comparativamente com homens nos mesmos postos, o salário das mulheres é ainda 30% em média menor. Coagidas socialmente a assumir o papel de mãe e dona-de-casa, só lhes resta duas alternativas: depender economicamente de seus pais, irmãos ou maridos ou aceitar trabalhos precarizados – sem nenhuma garantia trabalhista, para poder conciliar o trabalho produtivo com suas tarefas domésticas.

Esse arranjo entre o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres faz com que a jornada de trabalho feminina seja aproximadamente 13% mais extensa que a jornada masculina. Dessa forma, a redução da jornada de trabalho torna-se uma bandeira central para as mulheres, tanto pela possibilidade de gerar novas vagas no mercado formal quanto por permitir uma redução em sua jornada total de trabalho, que poderia ser convertida em tempo de estudo, lazer, etc. O desemprego masculino joga para as mulheres a tarefa de assumirem o posto de chefe da família, única responsável pelo provimento da mesma, ao mesmo tempo em que continuará a manter as tarefas de mãe, mulher, e dona-de-casa.

A expressiva quantidade mulheres chefes de família, principalmente nas camadas pobres da sociedade onde estas se tornam à única provedora do sustento do lar, torna-se cada vez

mais necessária a existência de políticas públicas que garantam a estas mulheres, condições de acesso a programas de qualificação profissional e ações afirmativas no campo do acesso ao mercado de trabalho. E infelizmente as ações afirmativas lançadas pela atual presidente, como a Mãe Cegonha é um verdadeiro retrocesso às lutas feministas no mundo inteiro. A atual presidente faz o manda a cartilha dos religiosos, para não perder o apoio no Congresso Nacional.

### **Gênero e Etnia: o subjetivo impactando as condições objetivas de desenvolvimento das mulheres trabalhadoras**

O Brasil foi o país que mais trouxe pessoas da África e o último a abolir a escravidão. O Brasil também é o segundo país do mundo em população afrodescendente. A resultante do processo de trabalho escravo foi uma brutal segregação sócio – econômica que quando não excluiu, dificultou a participação de negros e, negras no processo histórico de acesso aos processos produtivos econômicos como também dos meios de produção. Em função desse processo histórico, entre os mais pobres da população, a maioria é negra; e entre negros e, negras pobres, as mulheres negras possuem a menor renda “per capita”. Entre as pessoas assalariadas com nível superior, as negras recebem, em média, 64% do salário recebido por brancas.

Toda essa situação de injustiça e discriminação tem muito a ver com as subjetividades culturais advindas da construção de um estereótipo de gênero e de raça. Se as dificuldades do acesso no mundo do trabalho existem para as mulheres em geral, especificamente no caso das mulheres negras estas dificuldades são potencializadas em uma maior escala. Se não é fácil romper as imagens de gênero que trabalham com a secundarização da presença da mulher no mundo do trabalho, imaginemos quando esta imagem é reforçada pela discriminação racial. A presença das mulheres negras no mercado de trabalho tem sido concentrada nas funções de mais baixa valorização pelo mercado, nas que são mais precárias, e ainda assim temos uma diferenciação salarial, entre negras e negros, entre negras e brancas e muito maior entre negras e brancos.

A mudança dessa realidade passa por ações institucionais que busquem rever esse quadro de desigualdade. As entidades do movimento negro defendem que é, preciso reconhecer que o nosso país é racista, e que o mito de que vivemos numa democracia racial faz com que grande parcela da população se veja excluída dos bens sociais a que tem direito. A maioria dos afrodescendentes está segregada nas periferias das grandes cidades, concentrada nos setores com menores índices de renda, emprego, educação, moradia, segurança, saúde e lazer.

Mulheres e jovens negros ocupam os espaços mais rebaixados na pirâmide social, sofrem os impactos de violência, dos baixos salários, da exclusão social e educacional em todos os níveis. Portanto, a cor da pele, e o sexo, além da orientação sexual ou a idade são fatores determinantes para a ocupação de posições sociais, no mundo do trabalho, e nos espaços de poder. A questão das cotas raciais, nas universidades deve ser uma realidade cada vez mais presente, tanto para negros, índios e também pela condição sócio-econômica dos postulantes. Os fatos ocorridos na Bósnia, Ruanda, Kosovo, as mulheres do Burundi,

refugiadas na Tanzânia e as mulheres dalit, na Índia, indicam que a violência contra a mulher está permeada entre a questão de gênero e a racialização.

### **Mulheres e o espaço sindical: espaço de prevalência do privado sobre o público**

Nas representações sindicais, vemos que as funções reservadas às mulheres, via de regra, expressam o imaginário sindical masculino. As mulheres em geral estão nos postos secundários de representação dos sindicatos e, à medida que aumenta o poder de representação nas esferas (poder local, poder regional, e poder nacional) menos mulheres estão de fato ocupando estes espaços de decisão e de poder representativo.

Embora, inúmeros debates e resoluções das entidades sindicais tratem das questões de gênero e de emponderamento das mulheres nos espaços de poder e decisão, de fato o mundo sindical não prioriza essas políticas constituindo estruturas locais, regionais e nacionais que permita a sustentação às mulheres no exercício de suas atividades sindicais. As cotas de gênero que são parte estruturante do processo de sustentação da diminuição das desigualdades das mulheres no espaço sindical são cumpridas muitas vezes de forma burocrática, sem que de fato os desdobramentos para a atuação da mulher nos espaços decisórios sejam uma realidade.

Os atores sociais são os mesmos no público e no privado, não deixamos de dar relevância aos aspectos subjetivos de reprodução das práticas e do imaginário social sobre as mulheres dentro da esfera sindical, onde estes aspectos são elementos decisivos para o boicote e a anulação das ações definidas coletivamente para a redução das desigualdades de gênero no mundo sindical. E por fim, não tem como não dar relevância ao próprio papel exercido pela mulher de aceitação tácita de reprodução das práticas da vida privada na esfera pública ao ocupar os espaços secundários ofertados pelos homens no jogo do poder e da representatividade quando na verdade poderiam ocupar com igual competência os espaços de protagonismo.

### **Setor Público, imaginário institucional e igualdade de gênero**

Mesmo no setor público, onde em tese o acesso é igual para homens e mulheres, através do concurso público, as diferenças de oportunidades também se verificam. Ainda no acesso, são as mulheres que possuem menor renda e, portanto, mais dificuldade de arcar com as taxas para inscrição de concurso que se tornam maiores à medida que as tabelas salariais também o são. A indústria de preparação para os concursos para carreiras que pagam melhores salários, também ajuda no estreitamento do gargalo expulsando desse processo competitivo as mulheres que possuem baixa renda ou cuja renda está majoritariamente comprometida com os custos familiares.

Diferentemente do homem, as mulheres tem maior propensão a priorizar as necessidades familiares em detrimento do investimento pessoal. Do mesmo modo, a jornada dupla ou

tripla de mulheres que conseguem ter renda para acessar este processo de reciclagem na maior parte das vezes dificulta na absorção integral dos conteúdos, fazendo com que as mesmas tenham menor preparo dos que outros concorrentes. E, ainda que ultrapassada a barreira do acesso, as diferenças continuam, com ausências de políticas de gestão do trabalho que garantam as mulheres condições estruturais no dia a dia como a implantação de creches para acolher acolhimento dos filhos do período pós licença maternidade até a fase de introdução na escola.

**Esta realidade não mudou pelo fato de termos um governo que se diz dos trabalhadores.**

A dupla ou tripla jornada também dificulta rendimentos quanto à inserção e rendimento nos programas de capacitação e qualificação profissional, feitos em muitas instituições públicas fora da jornada de trabalho, competindo ou excluindo-as do processo. A ausência de um recorte de gênero na política de saúde do trabalhador existente no setor público colabora com adoecimentos, absenteísmo e aposentadoria precoce por conta da potencialização observada nas doenças dos trabalhos em função de peculiaridades da saúde feminina.

Neste particular, **o assédio moral crescente no serviço público**, também impacta muito mais significativamente as mulheres, que homens no contexto geral, sendo maioria nas funções de subordinação, são as mais atingidas pelo processo e, não por acaso, as maiores vítimas de depressão e **distúrbios mentais detectados por conta do processo de assédio moral**. Na terceirização do setor público, onde a presença das mulheres é massiva, o assédio é fortalecido pelo elemento da instabilidade, onde a trabalhadora tem como fator agravante a precariedade na relação de trabalho que faz com que a mesma tenha uma visão passiva e fatalista do assédio moral.

E novamente o Governo dos Trabalhadores, não fez nenhum esforço para diminuir terceirização, aliais só incentiva, seja através da contratação de empresas para executar serviços dentro do serviço público, criação de fundações para gerir hospitais públicos, etc. Ao fazermos um olhar mais detalhado sobre os espaços ocupados pelas mulheres no setor público, vemos uma predominância da sua presença na área de educação, saúde, e nos cargos de menor complexidade nas carreiras. Isto não significa que as mulheres não tenham qualificação para acessarem as carreiras de maior complexidade e de maior valorização salarial. As mulheres estão presentes em todas estas carreiras, possuem todas as habilidades e atitudes necessárias para atuarem nestes espaços, e desempenham com absoluta competência as suas atribuições.

Outro fator que dificulta a igualdade de oportunidades é o grau de exigência das provas para as funções intermediárias e auxiliares onde a complexidade das atividades são bem menores. As provas são extremamente complexas, exigindo conhecimentos específicos que são adquiridos em cursos de graduação. Neste processo, ocorrem dois efeitos: o primeiro é deixar de fora do processo mulheres que estão aptas para ocupar estas vagas, possuem as habilidades e atitudes para iniciar suas carreiras nestes cargos, mas que não o fazem porque não cursaram ou não acessaram ainda o ensino superior, por insuficiência de vagas nas públicas (cabe lembrar que os chamados cursos “nobres” como direito e medicina ainda são redutos dos homens e mulheres com renda individual e/ou familiar mais alta) e não

possuem recursos para pagarem uma instituição superior de ensino privada. O segundo efeito é provocado exatamente pelo desfecho de um processo de que se inicia na seleção: ao captar profissionais que são aptos para tarefas mais complexas que as exigidas para os cargos disponibilizados para concurso, a instituição acaba na verdade migrando esses profissionais para um desvio funcional “pra cima”, ocupando vagas existentes para cargos de exigência de grau superior que por consequência não serão abertos para concurso público, e abrindo para um processo de terceirização a ocupação das atividades que deveriam estar sendo desenvolvidas pelos concursados.

Também aqui, não visualizamos uma luta concreta, orgânica dos trabalhadores do setor público na defesa pela manutenção real destes postos de trabalho. Vemos um contínuo e contraditório movimento de elitização do setor público: enquanto a pauta de reivindicações das negociações setoriais no setor público mantém a defesa do concurso público para todas as faixas de escolaridade, também trazem a elevação de escolaridade dos cargos de nível médio e de nível fundamental como medidas de atualização das carreiras, em detrimento de uma luta pela ascensão funcional como elemento de mobilidade vertical, com regras específicas quanto ao processo de promoção. Na verdade, podemos dizer que a burla constitucional de verdade consiste exatamente no processo de elevar a escolaridade do cargo para garantir melhores salários aos que já estão dentro do quadro funcional e fechar as portas para vagas do quadro permanente para os que possuem escolaridade menor que a graduação.

Para as mulheres que conseguem acessar um cargo público, nem mesmo o fato de estarem em instituições públicas deixam as mulheres imunes ao assédio sexual, violências verbais e muitas vezes físicas, mascaradas de autoritarismo na relação ente chefia e subordinada, que acabam não sendo legal ou administrativamente tratadas por conta de corporativismo, morosidade e burocracia.

Numa outra vertente, mulheres também assumem um comportamento masculino no mundo do trabalho. “Entendem que, para ocupar de fato o seu espaço no mundo do trabalho precisam se masculinizar e neste processo, acabam incorporando o estereótipo que está, no imaginário social coletivo, da “secundarização” e da “baixa capacidade” da mulher como força de trabalho. Então, não se pode dizer que a questão do assédio e da violência do trabalho é exclusiva dos homens, mas podemos dizer que é uma prática predominante nos homens em exercício de poder e das mulheres “profissionalmente masculinizadas”.

Outro dado interessante é a avaliação subjetiva e centrada nas chefias, que dá margem a algumas avaliações de desempenho carregadas de subjetivismos, onde o olhar para a trabalhadora no setor público é diferenciado quanto à produtividade, iniciativa, pontualidade, assiduidade, principalmente as que possuem filhos, são chefes de família e possuem salários mais baixos. No imaginário institucional, a busca da mulher por uma compatibilidade entre a jornada de trabalho e as agendas familiares é vista como falta de compromisso com o institucional. Isto porque, não é usual ver homens faltando ao trabalho para acompanhar filhos ou esposas ao médico, ou mesmo atrasar-se para estar em reuniões escolares, ou ainda tentar ajustar sua jornada com uma jornada doméstica. O homem culturalmente deve priorizar o trabalho deixando ao cargo das mulheres as tarefas, agendas

e jornada da esfera privada e familiar. A necessária compatibilização entre jornada de trabalho, agendas institucionais e a vida privada/doméstica passará necessariamente pelo compartilhamento e maior assunção dos papéis da vida privada pelo homem.

À medida que aumentam a complexidade e as hierarquias dos cargos que são de livre indicação dos gestores do setor público, menos mulheres ocupam estes espaços. As mulheres que ocupam este espaço em geral são vistas como plenamente disponíveis para o mundo do trabalho, ou porque são solteiras ou porque não tem filhos, ou então porque renunciaram a priorização da célula familiar para dedicarem-se as suas carreiras.

### **Mulheres Trabalhadoras: pautas gerais e específicas para diminuição das desigualdades**

Para as mulheres militantes de gênero, a luta das mulheres pela manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, soma-se à luta por políticas públicas voltadas para construção de um processo de inclusão de forma igualitária das mulheres na sociedade, principalmente no que tange a condições de acesso a formas de desenvolvimento cultural, econômico, e social. Argumentam que a luta das mulheres é uma especificidade da luta geral da classe trabalhadora e que a superação da dominação da mulher só se dará quando a sociedade de classes for extinta, juntamente com o aniquilamento dos componentes político-ideológicos que atacam sistematicamente os direitos das mulheres, das minorias étnicas, de orientação sexual, etc..

Portanto, as arenas políticas de gênero constroem seus debates e ações priorizando as políticas por igualdade salarial, mas também inclui no processo a luta por políticas públicas que possibilitem à mulher condições de acesso ao mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens. Estas políticas vão desde a ampliação da licença maternidade e criação de uma licença paternidade que permita o compartilhamento do cuidado na família, passando pela ampliação das vagas em creches públicas – para que o estado também assuma sua parcela de responsabilidade sobre a reprodução social, por uma política de assistência integral a saúde da mulher, e a já referida redução da jornada de trabalho – que impactaria prioritariamente a vida das mulheres.

No entanto, longe ainda está a visualização de políticas de promoção de igualdade de gênero, como elementos centrais da pauta de reivindicações, no mesmo patamar que as políticas salariais e de caráter corporativo mais geral. É preciso construir um novo estágio nas relações de trabalho, bem como um novo estágio nas relações privadas, onde homens e mulheres compartilham responsabilidades, tarefas, signos e símbolos da esfera privada, para que possam mudar a esfera pública. É certo que a vitória conquistada no Supremo Tribunal Federal, com a Lei Maria da Penha é um avanço significativo, mas ainda há muita estrada para trilhar.

### **Carreira de Verdade: A luta continua...**

A luta dos técnico-administrativos por uma carreira afunilou na discussão do Plano de Cargo Único, o tão sonhado PCU, projeto que propunha uma completa estrutura de carreira com ascensão funcional. O PCU nunca chegou a ser implantado, apesar das milhares de cartilhas



espalhadas nas bases. Nas negociações da greve de 2003, o governo apresentou uma esparrela de recursos à categoria e o PCU teve seus princípios quebrados servindo de pano de fundo para a construção do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAE.

Implantado em 2005, o PCCTAE, como substituto do PCU, se apresentava como resgate da identidade do trabalhador das universidades, mas trouxe em seu bojo mudanças que acabaram por criar conflitos internos e graves problemas de gestão nas universidades, sem contar a enorme demanda política e judicial das entidades sindicais. Passados mais de sete anos desde a implementação da lei 11091-2005, as demandas não diminuem, aliás, aumentam cada dia as mazelas de uma carreira impensada.

Novamente, nós do PSLIVRE, empreitamos na discussão da carreira, um discurso crítico que se iniciou antes mesmo da implantação efetiva do referido plano de cargos. As discussões não cessaram desde então e os problemas foram aumentando de tamanho, abarrotando a pauta de reivindicações e nas políticas de luta da Fasubra cada dia aparecem novas demandas surgidas de falhas do PCCTAE.

No entanto, para o PSLIVRE a maior falha do projeto e principal causador das insatisfações é o princípio de carreira estática, sem acessão, um amontoado de cargos sem movimentação, a verdadeira carreira pede ascensão e a quebra dessa condição nos distancia da carreira na verdadeira acepção da palavra.

Entendemos que não adianta quebrar step, mudar interpolação, alterar a estrutura sem mexer no cerne da questão que é pensar uma nova carreira, os mecanismos de progressão não atendem a contento, um exemplo é a estrutura atual o servidor atinge o teto com 22,5 anos, ficando oito anos estagnados já que somente a aposentadoria se dá a partir de 30 anos (mulheres) e 35 anos (homem). Como demonstrado são várias as demandas, step, interpolação, aumento dos níveis de capacitação e progressão, racionalização dos cargos de forma justa, correção do enquadramento dos aposentados, de ascensão funcional, por que não?

A partir dessa tese colocamos em cheque esse arremedo de carreira aí posta. Questionamos se não era melhor rever a divisão de classes imposta pelo PCCTAE, éramos três e dividimos por cinco, deu no que deu, aí começaram os conflitos. Os antigos níveis de apoio e médio foram repartidos em A, B, C e D. Já o Nível Superior, ou NS foram transpostos para a nova classe E o que não criou maiores danos em relação a racionalização.

As Comissões Internas de Supervisão, criadas com a prerrogativa de acompanhar a implementação da Lei e propor alterações para seu aprimoramento não tiveram o reconhecimento devido por parte da Federação. Os documentos advindos dos diversos encontros regionais e nacionais dessas Comissões sempre foram ignorados, faltou interlocução destas, com a Comissão Nacional de Supervisão.

Nos bastidores, o governo age sorrateiramente nas diretrizes de planos e carreira – DPCs para os servidores públicos, uma tentativa de impor goela abaixo alguma carreira padrão aos servidores do executivo, tirando é claro as carreiras ditas de Estados, essas certamente terão um tratamento bem diferenciado nessa nova estrutura pensada pelo governo. Pouco

se sabe dessa discussão interna dentro dos ministérios, mas precisamos estar atentos a um ataque do governo, que já explicitou que a concepção de carreira dele diverge da nossa, acenando com a possibilidade de nos impor o PGPE.

Enquanto essa discussão não vem, centramos nossos esforços na luta pela correção das injustiças do PCCTAE, destacamos algumas nessa tese onde fizemos um apanhado da situação de cada uma após sete anos de implantação do PCCTAE e de nossa luta.

### **Racionalização dos Cargos**

Em março de 2011 a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – CNSC analisou o relatório final da Racionalização de cargos elaborada pelo GT Racionalização. No entanto, sua discussão no pleno da CNSC não teve êxito, pois além de não haver consensos foram criados vários impasses pelo MEC que podem tornar-se grandes empecilhos para o avanço das negociações da mesa específica entre a Fasubra e Ministério do Planejamento, para onde a proposta já se encontra protocolada.

A posição do MEC representa um impasse para a negociação. Abaixo elencamos algumas dessas divergências:

#### *1 - Cargos extintos ou terceirizáveis não podem ser racionalizados.*

Mesmo em casos que não existe nenhuma repercussão financeira, o MEC não aceitou a racionalização alegando que não podem alterar cargos extintos ou terceirizáveis. Um argumento sem nenhuma fundamentação técnica ou jurídica, pois a lei da extinção de cargos é de 1998 e em 2005 na construção do PCCTAE alteramos vários cargos do antigo PUCRCE na transposição para a nova carreira. Ademais, esse argumento foi totalmente contradito pelo MEC quando defendeu dentro da proposta a racionalização do cargo de telefonista, que é extinto.

#### *2 - A racionalização só vale para os novos servidores para não caracterizar ascensão funcional.*

O MEC entende que todas as propostas de racionalização que foram consensuadas dentro da CNS só valerão para os servidores que entrarem nas instituições a partir de da aprovação dessas alterações. Na proposta do MEC sugere-se a mudança nos nomes dos cargos, a serem racionalizados, sem transposição dos atuais servidores, situação que só geraria mais insatisfação nas bases, pois criam cargos diferentes hierarquicamente, mas com mesmas funções.

#### *A racionalização aceita pelo MEC não atende as demandas da categoria.*

Do ponto de vista da gestão, essas posições do MEC somente agravam os problemas internos enfrentado pelos gestores de RH. A nossa carreira é cheia de distorções que precisam de correção, e as posições do MEC somente aumentam os conflitos internos. Exceto no caso dos telefonistas, todos os demais cargos que o MEC aceitou racionalizar não trazem modificação a situação atual nas instituições. Como demonstrado, o MEC foi

intransigente na defesa de sua convicção e não deu espaço para argumentações na mesa de negociação.

É importante ressaltar que em 2005, na construção do PCCTAE, foram racionalizados vários cargos do antigo PUCRCE sem ter tido esse caráter de ascensão funcional ou provimento derivado. Também nas carreiras do INSS e AGU foram feitas estruturações do ponto de vista de aglutinações, modificações de nome e hierarquia de cargos, sem impedimentos jurídicos.

Entendemos que o MEC tem suas convicções técnicas e políticas baseada na visão do governo, mas a defesa intransigente da terceirização e da extinção de cargos demonstra, na prática a política que o governo tem anunciado para as mesas de negociação com a categoria.

### **Reenquadramento de Aposentados**

O reposicionamento dos aposentados consta em nossa pauta desde 2005, quando no enquadramento considerou-se apenas o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, deixando os aposentados em padrões salariais na nova tabela bem abaixo do equivalente no PUCRCE.

Ao considerar apenas o tempo de efetivo exercício no serviço público federal, foram deixados de fora os outros tempos adquiridos pelo servidor, inclusive a licença prêmio que apesar de ser reconhecida pelo RJU como tempo efetivo não foi considerada para o enquadramento.

Em contrapartida, outras carreiras do executivo, como a lei da cultura, dos hospitais das forças armadas e do magistério de primeiro e segundos graus constavam dispositivos para garantir aos aposentados e pensionistas o nível equivalente à tabela anterior. Ou seja, houve a preocupação em resguardar o direito adquirido quando da aposentadoria. Da mesma forma, a carreira docente, em discussão no Andes já consta em sua minuta o artigo a fim de garantir esse direito aos aposentados.

Não bastasse esse enquadramento rebaixado, os prejuízos dos aposentados na carreira não ficam por aí. A começar pelos cursos de capacitação que quando feitos no período de atividade do servidor aposentado não tinha padronização da carga horária exigida no PCCTAE, portanto, os aposentados também não evoluíram nos níveis horizontais da tabela (I, II, III, IV). Já em relação ao Incentivo a Qualificação o prejuízo ainda foi maior, pois nem todos tinham oportunidade nem incentivo para completar a educação formal.

O PSLIVRE luta pela reparação dessa dívida com os aposentados do PCCTAE nos moldes que foi reparado na lei da cultura e lei das forças armadas, onde foi resguardado o direito de manutenção dos aposentados na posição equivalente ao tempo conquistado ao longo de sua longa história laboral.

### *Situação atual*

Administrativamente algumas Universidades aprovaram, via conselhos universitários, a correção do enquadramento, mas recentemente algumas foram notificadas a desfazer a

mudança sob ameaça de devolução ao erário. É preciso apoiar a manutenção do enquadramento nas lfees que foram aprovados para conseguir ampliar para as demais que ainda lutam para corrigir essa injustiça feita aos aposentados e pensionistas.

Paralelo a ações políticas e administrativas pelo reposicionamento dos aposentados, tramita no senado federal, desde fevereiro de 2011, o Projeto de Lei - PL 053/2011 com objetivo de criar um dispositivo na lei 11091-05 para garantir o reposicionamento dos aposentados. Atualmente, esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça sem emendas e aguarda designação do relator.

### **Vencimento Básico Complementar - VBC**

O VBC é mais uma consequência da forma distorcida de construção do PCCTAE, que tinha que se adequar aos recursos financeiros disponibilizados pelo Governo. O vencimento básico de grande parte da categoria era maior do que aquele contido na tabela do PCCTAE. A parcela excedente foi então denominada VBC. Com a mudança do step de 3,0 para 3,6%, em janeiro de 2006, muitos trabalhadores permaneceram com seus vencimentos inalterados, pois parte ou todo o VBC foi absorvido e incorporado ao vencimento básico. Mesmo com a edição, pelo MPOG, da nota técnica 850, em 2010, na qual reconhecia que o VBC não deveria ter sido absorvido, o cumprimento dessa nota só se deu em algumas Instituições, por força das entidades e das CIS. Em nível não se teve uma conduta homogênea. Assim, cerca de 1/3 da nossa categoria ainda amarga esse prejuízo.

### **Ampliação e isonomia do anexo IV – Incentivo a Qualificação**

Vivenciamos no passado, uma Universidade com grande massa de trabalhadores semianalfabetos e desqualificados profissionalmente. Faltava oportunidade e incentivo aos técnicos para se aperfeiçoarem. Apesar disso, grande parcela dos trabalhadores buscou a duras penas sua qualificação formal. Entretanto esse esforço pessoal nem sempre representou ganhos salariais e tampouco possibilidade de ascensão funcional. O PCCTAE trouxe o incentivo à qualificação, mas de forma discriminatória, uma vez que somente os trabalhadores dos cargos da classe E tem direito ao incentivo por especialização, mestrado e doutorado. Os ocupantes dos cargos das classes A tem no máximo o incentivo pelo ensino médio, os da classe B pela graduação, os da classe C, pela especialização e os da classe D pelo mestrado. A luta pela concessão dos incentivos aos ocupantes de todas as classes ainda não obteve êxito. Após uma greve com exaustiva negociação, à revelia dos trabalhadores, o governo muda os percentuais de incentivos a qualificação, aumentando os percentuais somente para especialização, mestrado e doutorado, atendendo assim, somente os ocupantes dos cargos da classe E. Os demais trabalhadores continuam sendo explorados em seus conhecimentos, mas seus diplomas servindo apenas para decoração. Nas universidades, onde a formação docente tem sido usada como um dos parâmetros para medir a qualidade do ensino público superior, também é preciso valorizar a formação dos técnico-administrativos de todas as classes.

### **A luta continua.....**

Nesses balizadores nossa intervenção sobre o tema CARREIRA deve ser orientada no sentido de traçarmos nossas próprias diretrizes, do ponto de vista dos trabalhadores e assim

estabelecermos critérios mínimos de negociação defendendo a CARREIRA no real sentido da palavra, com ascensão funcional.

### **Jornada de 30 horas, a luta dos trabalhadores desse milênio.**

A luta pela redução da jornada de trabalho confunde-se com a própria história de luta dos trabalhadores. Afinal o marco dessa história, primeiro de maio de 1886, tinha como principal ponto de reivindicação, a redução da pesada carga horária imposta aos trabalhadores à época.

No Brasil, remota a 1907 a primeira grande greve geral reivindicando a redução da jornada para oito horas diária, mas somente em 1988, após uma intensa movimentação dos metalúrgicos, a jornada máxima de trabalho é reduzida oficialmente para 44 horas semanais na Constituição promulgada naquele ano. Portanto, como se pode constatar a última grande revisão na jornada de trabalho ocorreu há mais de 25 anos, entretanto esse tema permeia os planos de luta dos trabalhadores pelo mundo a mais de um século.

No serviço público a jornada é regulamentada pela lei 8112-1990 o Regime Jurídico Único - RJU. Em seu artigo 19, o RJU estabelece jornada de 40 horas semanais, bem como os limites diários, mínimos de seis e máximo de 8 horas trabalhadas.

Nas Instituições Federais de Ensino – IFES coexistem jornadas diferenciadas para algumas profissões regulamentadas, como médicos, assistentes sociais, jornalistas entre outros com os demais servidores. De maneira geral a jornada dentro das IFES é regulamentada pelo decreto federal 4836/2003 e pela portaria MEC número 1497 de 4 de dezembro de 2008, que estabelece competências das autoridades Universitárias para estabelecer flexibilização da jornada no âmbito da instituição.

A adoção de nova jornada significa melhoria da condição de trabalho, garantindo melhor qualidade de vida, redução dos índices de doenças relacionadas ao trabalho e aposentadorias por doenças incapacitantes. Ademais essa melhor condição dos trabalhadores reflete no melhor atendimento ao público e aumento da eficácia e eficiência no trabalho.

Critérios fixados pela Organização Internacional do Trabalho para cálculo da jornada de trabalho levam em consideração o favorecimento da saúde do trabalhador, a segurança no trabalho, a compatibilidade com a vida familiar, a promoção da igualdade de gênero, e o reforço da produtividade.

A Universidade, e o serviço público de maneira geral, ganha mais eficiência com maior período produtivo do trabalhador. O trabalhador ganha tempo no deslocamento, na vida em família, no lazer. O serviço público ganha com ampliação do horário de atendimento a população.

A constante modernização do trabalho e dos meios de produção contrasta com uma jornada de trabalho massacrante, obsoleta, estagnada há quase meio século.

Implantar a jornada de 30 horas nas Universidades significa ampliar a lista das categorias de trabalhadores com redução da jornada, abrindo espaço para extensão desse direito junto aos demais trabalhadores, fortalecendo a luta contra os interesses desumanos do capitalismo, garantindo uma “melhor valia” de nossa força de trabalho.

### **Pensando Livre na Educação, PNE e outros**

*"Sem a curiosidade que me move,  
que me inquieta,  
que me insere na busca,  
não aprendo nem ensino"*

**Paulo Freire**

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, teve uma recepção favorável da opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa. O aspecto principal responsável pela repercussão positiva era a questão da qualidade do ensino: O PNE foi saudado como um plano que estaria disposto a enfrentar o problema, onde o foco prioritário eram os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. O “Plano” era ambicioso ao agregar 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. Houve manifestações alertando que o Plano, tal como apresentado, não trazia garantias de que as medidas propostas surtirão o efeito pretendido e esperado. Não ficaram explícitos os mecanismos de controle, de modo que as administrações municipais podem manipular os dados de modo a garantir o recebimento dos recursos, apresentando estatísticas que mascarem o desempenho efetivo, em detrimento, portanto, da melhoria da qualidade.

### **O Plano de Desenvolvimento da Educação: em que consiste e como se configura**

Foi apresentado ao país em 15 de março de 2007, o assim chamado Plano de Desenvolvimento da Educação, lançado oficialmente em 24 de abril, junto com a promulgação do Decreto n. 6.094, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”. Este é, com efeito, o carro-chefe do Plano. A composição global do PDE agregou outras 29 ações do MEC. O PDE aparece como um grande guarda-chuva que abriga quase todos os programas em desenvolvimento pelo MEC. No lançamento do **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)** cada ministério indicaria as ações que se enquadrariam no referido Programa. O **MEC** lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**IDEB**) atrelando as diversas ações que constavam da pauta do Ministério, com ajustes e atualizações de algumas. As 30 ações do PDE estão na página eletrônica do MEC de forma individualizada, estão justapostas, porém sem nenhum critério de agrupamento.

A sua distribuição:

Quanto aos níveis escolares, a educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “**FUNDEB**”, o “Plano de Metas do **PDEIDEB**”, duas ações dirigidas à questão docente (“**Piso do Magistério**” e “**Formação**”), complementadas pelos programas de apoio “**Transporte Escolar**”, “**Luz para Todos**”, “**Saúde**

**nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”.**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi aprovado em dezembro de 2006, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), cujo prazo de vigência se esgotava no final desse ano. O atual Fundo amplia o raio de ação em relação ao anterior, estendendo-se para toda a educação básica. A participação dos estados e municípios na composição do fundo foi elevada de 15 para 20%, do montante de 25% da arrecadação de impostos obrigatoriamente destinados, por determinação constitucional, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando-se a complementação da União. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo MEC a partir de estudos elaborados pelo INEP para avaliar o nível de aprendizagem dos alunos. Tomando como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), construiu-se uma escala de 0 a 10. Aplicado esse instrumento aos alunos em 2005, chegou-se ao índice médio de 3,8. Foram estabelecidas então metas progressivas de melhoria desse índice, prevendo-se atingir, em 2022, a média de 6,0, índice obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que ficaram entre os 20 com maior desenvolvimento educacional do mundo.

O ano de 2022 foi definido não apenas em razão da progressividade das metas, mas à vista do caráter simbólico representado pela comemoração dos 200 anos da Independência política do Brasil. Não sabemos como isto vai acontecer, pois os professores são proibidos de reprovar alunos e alguns destes que cursam o quinto ou sexto ano sequer sabem ler. Portanto este será mais uma maquiagem feita pelo governo.

O programa “Piso do Magistério” tinha a proposta de atingir em 2010, o piso de R\$ 850,00 para uma jornada de 40 horas semanais, em 2012 este piso para foi para R\$ 1.187,00. Enquanto o salário mínimo é de R\$ 622,00 o que indica que o piso sequer é atinge o dobro do salário mínimo. Não concordamos que o salário mínimo vigente seja suficiente para sustentar uma família e o próprio DIEESE afirma que deveria ser de R\$ 2.194,00. E agora Governadores reeleitos e pertencentes ao Partido dos Trabalhadores propõem a redução do piso dos professores. Quando gente da direita propõe isto, ideologicamente se explica, porém quando isto parte de um Governador como Jacques Wagner reeleito pelo povo baiano é estarecedor. Será que para ele os professores que são responsáveis em grande parte pela educação de nossos filhos e netos não merecem um salário digno?

Através da Universidade Aberta do Brasil (UAB) o governo pretende investir na formação docente. Entre as ações de apoio ao desenvolvimento da educação básica estão: “Transporte Escolar”, garantindo aos alunos do meio rural o acesso às escolas. “Luz para Todos”, todas as escolas rurais com energia elétrica. O “Saúde nas Escolas” com colaboração do ministério da saúde e das equipes de saúde da família, é para assegurar atendimento básico a alunos e professores no interior das próprias escolas. A ação “Guia das Tecnologias Educacionais” são para qualificar propostas de melhoria dos métodos e práticas de ensino

pelo recurso a técnicas, aparatos, ferramentas e utensílios tecnológicos. O “Educacenso” é um sistema de coleta de dados que pretende efetuar levantamento de dados pela Internet, abrangendo, de forma individualizada, cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. O “Mais educação” é para ampliar o tempo de permanência dos alunos nas escolas, com a ampliação do espaço escolar para a realização de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, união dos ministérios da Educação, Cultura, Esporte e Desenvolvimento Social. A “Coleção Educadores” é tornar disponíveis nas escolas e bibliotecas públicas de educação básica uma coleção de sessenta volumes, com autores clássicos da educação, sendo 30 de brasileiros e 30 de estrangeiros. Por meio do programa “Inclusão Digital”, o MEC planeja distribuir computadores às escolas de educação básica, começando pelo nível médio.

A ação “Proinfância” é dirigida especificamente à educação infantil, visando garantir o financiamento para a construção, ampliação e melhoria de creches e pré-escolas. No que se refere ao ensino fundamental, foram previstas três ações: uma delas é a “Provinha Brasil”, destinada a avaliar o desempenho em leitura das crianças de 6 a 8 anos de idade, tendo como objetivo verificar se os alunos da rede pública estão conseguindo chegar aos 8 anos efetivamente alfabetizados; **isto todos sabem que não está sendo atingido.** A segunda é o “Programa Dinheiro Direto nas Escolas”, que concederá, a título de incentivo, um acréscimo de 50% de recursos financeiros às escolas que cumprirem as metas do IDEB; e a terceira é o “Gosto de Ler”, por meio da Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa, estimular o gosto pela leitura nos alunos do ensino fundamental.

Para o ensino médio tem “Biblioteca na Escola”, colocando nas bibliotecas das escolas de nível médio obras literárias, cobrindo as sete disciplinas que integram o currículo do ensino médio. Esta ação também se propõe dentro do “Programa Nacional Biblioteca da Escola”, a distribuir livros de literatura para as escolas de educação infantil; e, no âmbito do “Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos”, livros didáticos para os alunos dos cursos de alfabetização de jovens e adultos desenvolvidos pelo “Programa Brasil Alfabetizado”.

No que se refere à educação superior, o Plano inscreve cinco ações: “FIES-PROUNI”, que pretende facilitar o acesso ao crédito educativo e estender o prazo de ressarcimento, além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao PROUNI; Aqui não é parcelamento de débitos fiscais e previdenciários e sim anistiar ou dar incentivo fiscal as escolas privadas de nível superior. Muita gente fica feliz por seu filho poder cursar uma faculdade e aí é um aumento do acesso a Universidade, mas quem está pagando por isto é a própria sociedade que paga seus impostos em dia e os empresários do ensino superior estão deitando e rolando. O pior é que nem sempre que este aluno sai da Universidade após cursá-la com o Prouni consegue emprego. Como é o caso dos Bacharéis em Direito que não conseguem passar no exame da ordem.

“Pós-doutorado”, destinado a reter no país pessoal qualificado em nível de doutorado, evitando a chamada “fuga de cérebros”; “Professor Equivalente”, que visa facilitar a contratação de professores para as universidades federais; Esta é uma das maiores falácias no MEC, pois temos diversos cursos em vários estados do país, onde o



número de professores titulares não permite sequer que o curso funcione e os alunos estão denunciando ao Ministério Público, etc.

“Educação Superior”, cuja meta é duplicar, em dez anos, o número de vagas nas universidades federais; Pois é aqui é mais um problema, pois o Governo Petista quer duplicar em dez anos o número de vagas nas Universidades Federais, por meio do REUNI, que tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (1), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O objetivo do REUNI, no programa do governo Petista é:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Sabemos que as contratações de pessoal seja docente ou técnico não são insuficientes para o que o programa se propõe.

“Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior”, que visa ampliar o acesso de pessoas portadoras de deficiências a todos os espaços e atividades das instituições federais de ensino superior. Nem toda Universidade respeita o direito a acessibilidade.

A modalidade “Educação de Jovens e Adultos” conta com o programa “Brasil Alfabetizado”. Criado em 2003, esse Programa foi reformulado no contexto do PDE, prevendo que no mínimo 70% dos alfabetizadores sejam constituídos por professores da rede pública, que trabalhariam num turno distinto daquele em que realiza sua atividade regular como docente. **Isto é mais carga horária para o professor e se ele já for 40 horas?**

“Educação Especial” foi dirigida três ações: a) “salas de recursos multifuncionais”, equipadas com televisão, computadores, DVDs e materiais didáticos destinados ao atendimento especializado aos alunos portadores de deficiências; b) “Olhar Brasil”, um programa desenvolvido conjuntamente pelos ministérios da educação e da saúde para identificar os alunos com problemas de visão e distribuir óculos gratuitamente; c) “Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social”, dirigido prioritariamente à faixa etária de 0 a 18 anos.

“Educação Tecnológica e Formação Profissional” também foi contemplada com três iniciativas: a ação “educação profissional” se propõe a reorganizar a rede federal de escolas técnicas, integrando-as nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), triplicar o número de vagas pela via da educação à distância nas escolas públicas estaduais e municipais e articular o ensino profissional com o ensino médio regular; a ação “cidades-pólo” prevê a abertura de 150 escolas federais, elevando para 350 o número de unidades da rede federal de educação tecnológica, com 200 mil novas matrículas até 2010.

PDE: um plano de educação ou um programa de metas?

A Constituição atual no artigo 214 prevê a aprovação, em lei, de plano nacional de educação, com duração plurianual, com o objetivo de articular e desenvolver o ensino dos diferentes níveis e integrar as ações do poder público. Nos termos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o conteúdo abrangente do plano se refere aos níveis e modalidades de ensino.

O FUNDEF foi criado, em 1996, sendo substituído, em 2006, pelo FUNDEB. Trata-se de um Fundo de natureza contábil que define o montante de recursos que os municípios, os estados e a União devem destinar à educação básica, estabelecendo as formas de sua distribuição pelos diferentes níveis e modalidades de ensino. O Plano Nacional de Educação, atualmente em vigor, foi aprovado em 9 de janeiro de 2001, com duração prevista para dez anos.

Sua estrutura: 1. Diagnóstico da situação; 2. Enunciado das diretrizes a serem seguidas; 3. Formulação dos objetivos e metas a serem atingidos progressivamente durante o período de duração do plano. Isso é aplicado a Educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e na Educação superior.

Modalidades: 1. Educação de jovens e adultos; 2. Educação a distância e tecnologias educacionais; 3. Educação tecnológica e formação profissional; 4. Educação especial; 5. Educação indígena. Ao magistério da educação básica. E ao financiamento e gestão.

As 30 ações do Plano de Desenvolvimento da Educação incidem sobre os aspectos previstos no Plano Nacional de Educação já que, 17 dessas ações estão referidas à educação básica; cinco se referem à educação superior; sete dizem respeito às modalidades de ensino; **Não há ação dirigida à modalidade de ensino “educação indígena”, nem ao financiamento e gestão. Apesar disto, o FUNDEB, diz respeito ao financiamento e gestão, contempla explicitamente a educação indígena e quilombola.**

O PDE é um conjunto de ações estratégicas para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Entretanto estas ações não se articulam organicamente com este. Na educação infantil há apenas uma ação, a “Proinfância”, que prevê recursos federais, via FNDE, para financiar a construção, ampliação e melhoria das instalações escolares. Não se mencionam as 26 metas estabelecidas pelo PNE. No ensino fundamental, o PDE institui a “Provinha Brasil”, que não estava prevista no PNE. O “Dinheiro Direto nas Escolas” é mecanismo de racionalização da gestão, não se relacionando diretamente com as metas. | O programa “Gosto de Ler” não diz respeito diretamente às metas do PNE,. Apenas a meta 17 do PNE encontra-se diretamente contemplada no PDE, por meio da ação “Transporte Escolar”. As demais 29 metas fixadas pelo PNE para o ensino fundamental não são objeto de consideração por parte de PDE. No ensino médio, das 20 metas definidas, o PDE contempla, com o programa “Biblioteca na Escola”, parcialmente, a meta 9 do PNE, que previa, ao final de 2005, que todas as escolas de nível médio deveriam estar equipadas com biblioteca. E o “Inclusão Digital”, contempla a meta 10 do PNE, que previa, para o final de 2010, a instalação, em todas as escolas de nível médio, de equipamentos de informática.

Na educação superior, ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. A meta 17 do PNE foi, de algum modo, contemplada pela ação “Pós-Doutorado”. As outras 33 metas relativas à educação superior que constam do PNE não foram diretamente levadas em conta pelo PDE.

A conclusão que se chega é que o PDE foi formulado paralelamente e sem levar em conta o disposto no PNE. E, como adotou o nome de Plano, induz ao erro de que se trata de um novo Plano Nacional de Educação, que estaria sendo colocado no lugar do PNE aprovado pelo Congresso Nacional em 9 de janeiro de 2001. O PDE é lançado e se encontra formalmente em plena vigência o PNE, ainda que, de fato, este permaneça, de modo geral, solenemente ignorado.

O PNE foi aprovado quando o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso entrava em sua metade final, tendo sido mutilado com nove vetos apostos pelo Presidente da República, os quais incidiram sobre seus pontos mais nevrálgicos, isto é, aqueles referentes ao financiamento, o que levou o Deputado Ivan Valente a afirmar que FHC vetou o que faria do PNE um plano (Valente, 2001, p. 37). Sem assegurar os recursos necessários, como atingir as metas propostas no Plano Nacional de Educação?

Considerando que o **PT** patrocinara a elaboração da “proposta de Plano Nacional de Educação da sociedade brasileira”, produzida nos Congressos Nacionais de Educação, tendo sido, também, o **PT** que encabeçou a apresentação do projeto de PNE da oposição na Câmara dos Deputados, em 10 de fevereiro de 1998, esperava-se que, ao chegar ao poder com a vitória de Lula nas eleições de 2002, a primeira medida a ser tomada seria a derrubada dos vetos do **PNE**. Isto não ocorreu. A lei que instituiu o PNE previa, no artigo 3º, que sua implantação seria avaliada periodicamente, a primeira avaliação deveria ocorrer no quarto ano de vigência, em 2004, para o fim de se corrigir as deficiências e distorções. Em 2004 estávamos em plena vigência do primeiro mandato de Lula, mas nada foi feito para dar cumprimento a esse dispositivo legal. Várias coisas que o Lula poderia ter feito dentro da lei não o fez, mas reformou a Lei da Previdência, que prejudicou todos os trabalhadores (a) do serviço público. E quando o PNE se encontrava a menos de quatro anos do encerramento de seu prazo de vigência, anuncia-se o PDE formulado à margem e independentemente do PNE. É explícito que a palavra “plano”, no contexto do PDE, não corresponde ao significado que essa mesma palavra adquire no contexto do PNE.

O PDE é muito mais um “Plano de Metas” como o de Juscelino Kubitschek. O de Juscelino se definiu pelo número 30, já que a última meta, a de número 31, a construção de Brasília, foi definida como “meta-síntese”. Foram fixadas metas com prazo de cinco anos para 30 setores básicos da economia. Deve-se, pois, reconhecer que o “Programa de Metas” de Kubitschek se revestia de maior organicidade do que o PDE, pois o conjunto de metas se distribuía em seis grupos (energia, com cinco metas; transportes, sete metas; alimentação, seis; indústrias de base, onze metas; educação, uma; construção de Brasília, uma, a meta-síntese) ligados aos aspectos estratégicos do desenvolvimento nacional (Benevides, 1976, p. 210).

Os educadores brasileiros apresentam uma história de lutas bem mais longa em defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade do que alguns aliados do Governo Lulla e mantidos pela atual presidente. As Conferências Brasileiras de Educação da década de 1980 e o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte e na nova LDB; desemboca na elaboração da proposta alternativa de Plano Nacional de Educação nos Congressos Nacionais de Educação de 1996 e 1997.

Com a ascensão do PT ao poder federal, sua tendência majoritária realizou um movimento de aproximação com o empresariado, ocorrendo certo distanciamento de suas bases originárias. Talvez isso explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores. O PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando a participação de todos os setores sociais, na realidade um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o **Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros.** Em seu lançamento, o “Compromisso Todos pela Educação” definiu cinco metas:

1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola;
2. Toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever;
3. Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série;
4. Todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio;
5. O investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido.

Eis como a empresária Milú Villela, presidente do Museu de Arte Moderna de São Paulo, do Instituto Itaú Cultural, do Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário e agora também do Comitê Executivo do “Compromisso Todos Pela Educação”, comentou, em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* (6 set. 2006, p. A-3). A meta cinco trata do financiamento público necessário para suportar o cumprimento das quatro metas anteriores: até 2011, e mantendo pelos 11 anos seguintes, o investimento em educação básica terá de corresponder a 5% do PIB, um significativo avanço em relação aos 3,5% de hoje. (Villela, 2006, p. A-3).

O movimento sindical, vários atores sociais e educadores deste Brasil defendem 10% do BIP para educação, mas o Governo do PT na figura da presidente Dil-má mais uma vez fez ouvidos surdos a esta reivindicação dos brasileiros e o nosso BIP serve para bancar banqueiros nacionais e internacionais para que não quebrem, serve para manter a especulação na bolsa de valores, para pagar a dívida interna e externa que não tem auditoria e para vários outros fins, mas não podemos enquanto construtores deste BIP utilizar os 10% em educação.

## **MODELO DE UNIVERSIDADE**

A FASUBRA já tem um projeto de Universidade aprovado em seu CONGRESSO, que tem como um dos seus problemas exatamente o nome, difícil de articular: Universidade Cidadã para os Trabalhadores. Entendemos que mudança no nome para um mais fácil de ser assimilado pela sociedade nos daria mais capacidade articulação para disputar o projeto nos diversos espaços que teremos oportunidade. A mudança da redação do Artigo 50 se faz premente, pois prejudica os aposentados. Queremos uma Universidade Pública Gratuita, de Qualidade, Laica, Democrática.

## **AUTONOMIA**

O Governo Petista e o próprio Congresso Nacional nunca vão querer reconhecer que o Art. 207 da Constituição Federal do Brasil, por si só já garante a Autonomia, tanto que a cada dia que passa tem mais ataques vindos do governo, através de seus asseclas nas nossas Universidades desconhecendo ou mesmo com pareceres dizendo que este Artigo não tem validade. Tanto as Universidades que não tem Hospitais Universitários estão sofrendo cada dia mais ataque na sua autonomia, quanto as que têm os Hospitais, que agora temos até a famigerada fundação que irá gerir estes hospitais. Ressalte-se que já não fazem concurso para repor a mão de obra dos Hospitais.

## **DEMOCRACIA NAS UNIVERSIDADES**

Devemos continuar lutando por democracia nas Universidades, mas não podemos deixar de grifar que o governo petista de forma traiçoeira, primeiro no primeiro mandato do governo Lulla, quando ele poderia mudar o decreto de eleição de Reitor ele não fez, e o Ministro a época que pensou em fazer caiu. Mas, a Reforma da Previdência se fez. Veio o segundo mandato e o presidente não se interessou em mudar o Decreto.

O ano passado o MEC, jogando de forma suja mais uma vez, neste governo que já é o segundo governo do Partido dos Trabalhadores, indicou a todas as Universidades a Reforma dos seus Estatutos e que “democraticamente”, falando o que a Universidade aprovasse não era necessário ser aprovado em Brasília, mas não deixava de citar a famosa LDB do famigerado Darcy Ribeiro, que mantinha a prevalência de 70% dos docentes em todos os organismos de decisão, assim como poderia ser mantido na consulta para indicar o Reitor ou Reitora. Parabenizamos as entidades que conseguiram manter suas escolhas de forma paritária, ou as que conseguiram implementar a partir de agora, porém nem todas conseguiram, na realidade ficou até mais difícil, porque antes ainda havia aqueles que sonhavam que o PT defendia a democracia, portanto mantinham a esperança. Agora não sabemos, mas não nos furtamos a luta e a disputa por mais democracia dentro das Universidades.

## **ACESSO**

O governo criou um modo de acesso a Universidade Pública que poderia ser um bom caminho para que o estudante que veio do ensino público tivesse oportunidade de entrar na Universidade Pública. O chamado ENEM que é utilizado por diversas Universidades como meio de acesso. Porém a incompetência em conjunto com a corrupção deste governo fez

com que o ENEN se transformasse na maior piada que o Brasil já viu, todos os anos tem algum problema, provas erradas, depois vazamento do conteúdo das provas, etc.

É interessante notar que não aconteceu vazamento em nenhum colégio público, será que estes não fazem parte dos que são escolhidos para testar as questões do ENEN. Porque somente um colégio que costuma colocar seus alunos em Medicina, e outros cursos considerados “nobres”, conseguiu ter acesso e ainda vazou o resultado? Sabemos que as investigações estão sendo feitas, mas a demora é grande. Entendemos que o ENEN é um meio democrático de acesso, mas também será necessário corrigir todas as mazelas que o cercam. O ex-ministro Fernando Hadad deu provas de total incompetência neste aspecto.

## Raça e Etnia

*“Não se pode separar paz de liberdade porque ninguém consegue estar em paz a menos que tenha sua liberdade.”*  
Malcolm X

O Brasil foi o país que mais importou escravos da África (alguns reis e rainhas), durante mais de 200 anos e o que mais demorou a libertá-los, sendo o Ceará o primeiro estado a fazer isso. Estes seres humanos foram ultrajados, e se mostrassem qualquer insubordinação eram tratados na base dos ferros e chicotes. Mesmo que hoje a gente analise com outros olhos, para aqueles escravos a lei do ventre livre, a lei do sexagenário e mesmo a Lei Áurea devem ter tido um significado muito grande. Eram eles que viviam aquela vida e não nós. Sabemos que libertação não trouxe para eles a liberdade total, pois não tinham para onde ir, não tinham onde morar, onde trabalhar, portanto vários ficaram nas famílias que os “tinham” e não os tratavam mal até a queda da bolsa de 29, onde vários proprietários não tinham mais como arcar com a alimentação dos seus ex-escravos que ainda os serviam.

Temos algumas figuras simbólicas da luta do negro (a) contra a escravidão uma delas é Dandara foi uma guerreira negra do período colonial do Brasil, esposa de Zumbi dos Palmares e mãe de seus três filhos. Suicidou-se depois de presa, em seis de fevereiro de 1694, para não voltar na condição de escrava. Outra figura importante na história dos negros neste país é exatamente **Zumbi dos Palmares**, que iremos historiar de forma resumida:

Zumbi dos Palmares nasceu em Alagoas no ano de 1655. Foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil Colonial. Foi líder do Quilombo dos Palmares, comunidade livre formada por escravos fugitivos das fazendas. O Quilombo dos Palmares ficava na Serra da Barriga, que, atualmente faz parte do município de União dos Palmares (Alagoas). Na época em que Zumbi era líder, o Quilombo dos Palmares alcançou uma população de aproximadamente trinta mil habitantes. Lá, os negros viviam livres, de acordo com sua cultura, produzindo tudo o que precisavam para viver.

Embora tenha nascido livre, foi capturado quando tinha por volta de sete anos de idade. Entregue a um padre católico, recebeu o batismo e ganhou o nome de

Francisco. Aprendeu a língua portuguesa e a religião católica, chegando a ajudar o padre na celebração da missa. Porém, aos 15 anos de idade, voltou para viver no quilombo. No ano de 1675, o quilombo é atacado por soldados portugueses. Zumbi ajuda na defesa e destaca-se como um grande guerreiro. Após uma batalha sangrenta, os soldados portugueses são obrigados a retirar-se para a cidade de Recife. Três anos após, o governador da província de Pernambuco aproxima-se do líder Ganga Zumba para tentar um acordo, Zumbi coloca-se contra o acordo, pois não admitia a liberdade dos quilombolas, enquanto os negros das fazendas continuariam aprisionados.

Em 1680, com 25 anos de idade, Zumbi torna-se líder do quilombo dos Palmares, comandando a resistência contra as tropas do governo. Durante seu “governo” a comunidade cresce e se fortalece, obtendo várias vitórias contra os soldados. O líder Zumbi mostra grande habilidade no planejamento e organização do quilombo, além de coragem e conhecimentos militares. O bandeirante Domingos Jorge Velho organiza, no ano de 1694, um grande ataque ao Quilombo dos Palmares. Após uma intensa batalha, Macaco, a sede do quilombo, é totalmente destruída. Ferido, Zumbi consegue fugir, porém é traído por um antigo companheiro e entregue as tropas do bandeirante. Aos 40 anos de idade, foi degolado em 20 de novembro de 1695.

### **Importância de Zumbi para a História do Brasil**

Zumbi é considerado um dos grandes líderes de nossa história. Símbolo da resistência e luta contra a escravidão, lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial. O dia de sua morte, 20 de novembro, é lembrado e comemorado em todo o território nacional como o Dia da Consciência Negra.

### **Voltamos ao hoje**

O Brasil adota o racismo mais eficaz do mundo: aquele que não tem um padrão, não é evidente. Ele é sofrido e praticado todos os dias, mas não pode ser mensurado, porque não é evidente. Nosso racismo é o “racismo de marca”, no qual características como cor da pele e textura do cabelo são usadas para definir se o sujeito é ou não negro. Assim temos um “racismo em gradação”, que atinge em maior escala aqueles que mais se aproximam do fenótipo negro. O sistema é motivado por fatores históricos, sociais e políticos. Segundo o PNUD-Brasil “o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos e legitimar a dominação de raças supostamente superiores”.

O discurso racista é responsável pelo silenciamento em relação à cor/raça/etnia em nossa sociedade. O tema é pouco discutido porque causa incômodo. Quando é abordado é cercado de “cuidados” ou “pudores” que levam a eufemização (ou até apagamento) de termos relacionados à etnia/cor/raça, tendo como consequência o apagamento do negro e de seu papel na sociedade e o enfraquecimento de sua identidade étnico-racial.

Na parte da tese que abordamos a questão de gênero e conseqüentemente a questão da mulher negra, e as discriminações que sofre na sua casa, no seu bairro, na sua escola, no seu trabalho e em diversas outras situações já detalhamos inclusive que ela é quem recebe o menor salário entre todos os demais.

Alguns pensam que raça é apenas a subdivisão de uma espécie, formada pelo conjunto de indivíduos com caracteres físicos semelhantes, transmitidos por hereditariedade: cor da pele, forma do crânio e do rosto, tipo de cabelo etc. Raça é um conceito apenas biológico, relacionado somente a fatores hereditários, não incluindo condições culturais, sociais, ou psicológicas. Para a espécie humana, a classificação mais comum distingue três raças: branca, negra e amarela. Seguindo o raciocínio da teoria biológica, temos o “racismo científico” ou “darwinismo social”.

Nessa teoria, o negro é visto como fraco, passivo, menos competitivo. Para chegar a essas conclusões, as teorias eram “comprovadas” por meio de testes que mediam o crânio e o desenvolvimento da sociedade a qual pertenciam os sujeitos analisados. Obviamente, o estudo era sempre realizado pela ótica do pesquisador – branco – que julgava a cultura do outro pautando-se pela sua. Nesse caso, os resultados demonstravam sempre a inferioridade do negro e de sua cultura.

Um estudo feito nos morros do Rio de Janeiro, concluiu que, de todos os termos existentes em nossa cultura para representar **etnia/cor/raça**, a mais forte é a palavra “**negro**”. Para ela, “muitos discursos giram em torno de tentativas de evitar ou dominar, de apropriar-se ou reapropriar-se do poder profundo e difuso dessa palavra”. Assim, a palavra carrega dimensões físicas e “qualidades morais negativas e dimensões indiciais” às quais aparece associada. Nos depoimentos à pesquisadora, a palavra negro aparece como “ofensiva”, “uma palavra suja”, “palavra usada para humilhar”, “palavra usada para criticar”, “palavra preconceituosa” e “palavra usada por racistas”.

### **Etnia, raça e cor: usos sociais dos termos**

Para ilustrar como uso dos termos negro, raça, etnia e cor é variado, seguem exemplos de usos em textos institucionais em que os usos ocorrem. Os textos são *folders*, panfletos e livretos produzidos por instituições governamentais. Todos foram coletados durante “Seminário Internacional Gênero, Raça, Pobreza e Emprego: experiências e desafios” realizado em Brasília – Distrito Federal – de 26 a 28 de junho de 2006. O evento foi organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE), pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e tinha como objetivos apresentar os resultados dos programas dos GRPE contra a discriminação e o preconceito.

O texto 1 é a capa de um *folder* da Prefeitura de Santo André, São Paulo que tem como finalidade ajudar as pessoas a se identificarem de modo objetivo em pesquisas sobre etnia/raça/cor, a fim de que a prefeitura direcione programas e ações aos grupos, atendendo aos preceitos da igualdade de direitos. No panfleto, a sugestão é que as pessoas se identifiquem pela cor (Só você pode dizer qual a sua cor!) e esse é o elemento usado para dividir a sociedade em grupos. É importante ressaltar que o fato de haver programas



direcionados a diferentes grupos, tendo como critério de planejamento e de aplicação sua cor/etnia/raça é uma demonstração de que as cores/etnias/raças não têm, naturalmente, acesso aos mesmos direitos.

O texto 2 ilustra um *folder* do Consórcio Intermunicipal da Grande ABC e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que busca promover a igualdade e a proteção dos direitos de grupos afetados pela discriminação e pela intolerância. Nele a sugestão é identificação pela cor da pele (Qual sua cor?). Apresenta, portanto, uso similar ao apresentado na figura 1.

Outro panfleto (figura 3), produzido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, pela OIT e pelo Programa Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE)<sup>3</sup>, traz a palavra “raça”. Nesse caso, trata-se do nome dado a um programa desenvolvido pelas entidades. Nesse contexto, não é comum encontrar construções como: “Brasil, Gênero e Cor” ou “Brasil, Gênero e Etnia”.

O texto 4 é a capa de um livreto elaborado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, pelo MEC, pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, publicado em 2004. Nele pode ser observado o uso da expressão “étnico-raciais”, para fazer referência a essas relações no contexto educacional. Temos a responsabilidade de manter alertas todos os sentidos para evitar o racismo a qualquer pessoa, seja ela negra, japonesa, boliviana, coreana ou de qualquer outra etnia.

A cada dia que passa vemos mais negros e negras assumindo papéis que sempre lhe foram negados, mas há que lutar contra toda forma de racismo. Faz parte da tese de educação, mas as cotas para negros nas Universidades são importantes para resgatar toda a dívida da sociedade para com estes bravos guerreiros e guerreiras, que foram trazidos de sua terra natal para serem tratados com tirania, violência, estupros contra as mulheres, e outra série de ataques a dignidade humana.

### **Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade**

O artigo 68 da Lei no 8.112, de 1990 passa a vigorar com outra redação no artigo 86 do PL 2203/2011. Este artigo é outra verdadeira tungada nos bolsos dos trabalhadores do serviço público federal e um total desrespeito a saúde e a vida laboral dos trabalhadores do serviço público federal. Novamente, sem ter sido objeto de negociação oficial entre o governo e a FASUBRA, aliás, com nenhuma entidade do Serviço Público Federal, portanto, de forma unilateral e autoritária, o governo dito oriundos da classe trabalhadora ao invés de propiciar ambientes salubres, preferiu diminuir os valores pagos nos referidos adicionais para os novos e congelar a maior parte destes valores aos antigos.

Por que o governo não abre um debate sério sobre os ambientes insalubres a que são submetidos os trabalhadores do serviço público federal? Na verdade, não existe nenhuma política minimante séria sobre o real fazer dos trabalhadores, exceto os PPRA cada vez mais

patronais e com isto, submetem os trabalhadores das IFES a ambientes sem a mínima eliminação do risco à saúde.

Veja a tabela publicada no PL 2203/2011:

- I - grau de exposição mínimo de insalubridade: R\$ 100,00;
- II - grau de exposição médio de insalubridade: R\$ 180,00;
- III - grau de exposição máximo de insalubridade: R\$ 260,00; e
- IV - periculosidade: R\$ 180,00.

Percebe-se claramente uma redução para os novos trabalhadores e congelamento para os atuais, visando apenas reduzir os gastos do erário que em momento algum proporciona ambientes salubres aos seus trabalhadores. Enfim, trata-se de uma medida meramente para redução dos custos da folha, não importando com o risco, com o tempo de exposição e muito menos em corrigir os péssimos ambientes laborais a que são submetidos os trabalhadores, portanto, reduzir custos em detrimento da saúde dos trabalhadores do serviço público, dá bem a dimensão do abandono que este governo do PT (DIL-MÁ), apoiados pela Tribo, CSD, Independentes de direta e CTB, tratam a essência do direito à vida.

O PSLIVRE também é signatário a Emenda do PSOL, dos deputados Ivan Valente (SP), Chico Alencar (RJ) e Jean Wyllys (RJ), que pede a supressão do texto do PL 2203 de 2011 os seus Artigos 86 e 87 da Seção XXIV.

### **Redução Salarial Médicos e Veterinários - Artigo 44 do projeto de Lei 2203 de 2011**

O referido artigo fere frontalmente a legislação, portanto, está completamente ao arrepio da legislação atual, pois introduzir as jornadas de 40 e 20 horas com salários proporcionais aos Médicos e aos Veterinários, uma vez que são profissões regulamentadas por Lei, é minimamente querer zombar e tripudiar em cima destes profissionais, sindicatos e da própria FASUBRA, bem como, de todo o serviço público.

Pior, o referido artigo nunca foi pauta de debate entre o governo e a FASUBRA, aliás, como já está se tornando de praxe, e com nenhuma entidade sindical do serviço público, configurando num ato unilateral, bem ao estilo dos governos Lula e Dilma que estão se especializaram também em retirar direitos dos trabalhadores do serviço público. Aliás, queremos lembrar que o governo é apoiado pela Tribo, CSD, Independentes e CTB.

Portanto, o governo que deveria zelar pelas Leis deste país é o primeiro a rasgá-las, pois este artigo fere frontalmente os direitos conquistados pelos médicos conforme estabelecido na Lei Nº 9436 de 1997 que dispõe sobre a jornada de trabalho de Médico, Médico de

Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico, bem como, fere de morte a Lei N.º 5517, de 23 de outubro de 1968 que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária.

A vigorar este escárnio ou turgada governamental nos salários destes profissionais por dentro do texto original do PL 2203 de 2011 teremos na prática a redução salarial, basta verificar o Anexo XLIII do PL 2203/2011 para ver as tabelas salariais com redução de 50 % (cinquenta por cento) dos atuais valores hoje percebidos por estes profissionais, transformando a outra metade em VPNI que sabemos ficará congelada por anos e anos a fio.

Portanto, este artigo por dentro do PL 2203/2011 só irá agravar ainda mais a atual crise nos nossos Hospitais Universitários, inviabilizando-os e quem sabe abrindo caminho para a famigerada EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). Neste sentido, prejudicando de vez o ensino nos Hospitais Universitários e nos Hospitais veterinários por dentro das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Nós do PSLIVRE somos signatários da Emenda Parlamentar, assinada pelos deputados do PSOL, Chico Alencar (SP), Ivan Valente (SP) e Jean Wyllys (RJ), quando eles pedem a Supressão do texto do PL 2203 de 2011 o Artigo 44 e anexos.

### **O ambiente inteiro – uma luta a ser feita no mundo sindical**

Os últimos anos tem mostrado que o planeta está sucumbindo aos maus-tratos provocados pela raça humana. Abertura da camada de ozônio, aquecimento global, descongelamento das geleiras, secas, enchentes, tsunamis, mudanças inexplicáveis de clima. As conferências globais não têm logrado fazer com que os maiores poluidores se comprometam com o cuidado planetário. O máximo que se tem conseguido é o absurdo dos bônus do carbono, nos quais os países empobrecidos ganham dinheiro para “compensar” a poluição que provocam. É, porque os grandes centros levam as empresas poluidoras para a periferia. Essa é uma política ineficaz porque não barra de forma alguma os efeitos da poluição, na realidade é só mais uma forma perversa de escravizar a periferia.

O movimento sindical ainda não despertou para a importância desse debate, pois, discutir a forma como a terra está sendo explorada é discutir o próprio sistema do capital cuja máxima é justamente explorar até a exaustão, não só as pessoas, mas também a natureza. A ideia de progresso e de crescimento econômico está colocada aí como um cavalo de tróia. Em nome do “desenvolvimento” vai-se aceitando a destruição da natureza.

Entendemos que está mais do que na hora de a Fasubra começar a apresentar às suas bases os novos modelos de desenvolvimento que estão sendo propostos pelos povos indígenas,

configurado na proposta do Sumak Kausay (o bem viver ), que muda completamente a relação das pessoas com a natureza, assim como aprofundar o debate sobre o socialismo, mostrando que mesmo nesse modelo ainda há que se melhorar na relação com a natureza.

Para os povos indígenas não há como separar o ser humano da natureza e por isso a relação com o “desenvolvimento” é outra. Isso pode ser percebido em lutas como contra a construção de Belo Monte ou a transposição do Rio São Francisco. O “progresso” não pode servir de desculpa para a destruição. Existem formas de atuar em harmonia e isso ainda temos muito de aprender.

O PSLivre entende que esse é um debate importante e pretende atuar de forma decisiva nesse campo.

### **Pensamento Sindical Livre: uma articulação de independentes**

"Caminante, son tus huellas  
el camino y nada más;  
caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar."

**Antonio Machado**

A FASUBRA, desde sempre, é um espaço plural. Ali se articulam e se movem politicamente vários grupos, muitas tendências de pensamento, inúmeras forças organizadas. Por vezes, essas forças se unem, se expandem, se esfacelam, sempre ao sabor do clima político. Neste caldo de lutas existem também aqueles que prezam e pregam o pensamento livre. Que não aceitam ficar amarrados em correntes ou grupos que não respeitem a autonomia das pessoas. São os chamados independentes ou autônomos. Atuam politicamente, participam dos debates, formulam ideias, tomam posições, mas sempre mantendo a liberdade de observar e ler o mundo unicamente sob a ótica da maioria dos trabalhadores, **sem amarrações ou compromissos com partidos políticos.**

Por conta disso, de forma natural, pessoas com pensamento similar tenderam a se agrupar em discussões conjuntas. Por isso, o grupo que aglutinava independentes e autônomos começou a discutir ideias, sempre com o intuito de traçar estratégias de luta sobre todo e qualquer assunto relacionado aos interesses dos trabalhadores e/ou dos povos de uma forma em geral, sem se preocupar em seguir qualquer cartilha de partido político ou das suas correntes organizadas dentro do movimento sindical.

E foi com esta proposição, de buscar construir um mundo verdadeiramente diferente, mas tendo como base as práticas pessoais que se fazem no cotidiano, que esse pequeno grupo foi se consolidando. Cansados de ver membros da direção da FASUBRA seguir seu caminho inexorável de apoio governamental, e indignados com a apatia e o conformismo que campeia no movimento político-sindical, começaram a buscar, de forma organizada, respostas adequadas ao momento conjuntural que exige ousadia, trabalho, estudo e capacidade de aglutinação. Foi assim que nasceu, de parto natural, o Pensamento Sindical Livre, um grupo de livre-pensadores, que debatem e divergem, mas sempre com um

objetivo comum: chegar a respostas concretas e viáveis para a luta dos trabalhadores. Assim, construíram uma rede de intercâmbio de ideias, projetos e vivências cujo compromisso é com a luta e não com interesses pessoais ou de aparelhos burocráticos. A busca pelo poder se dá na medida em que pratica o “poder obedencial”, ou seja, aquele que emana da base dos trabalhadores.

O pressuposto básico é o livre direito de pensar e de divergir. Mas sempre de forma respeitosa e sincera. Sem hipocrisias, almejamos sim ocupar cargos de direção, porque é na direção nacional do movimento que podemos facilitar os caminhos para transformações, mas este não é o fim último. Não queremos a perpetuação de oligarquias sindicais e sim dirigentes que se movam verdadeiramente articulados com os anseios da base.

Como já ensinava Sun Tzu, desde há cinco mil anos: conhecer o adversário é o primeiro passo para se vencer uma guerra. Por isso seguimos fazendo o enfrentamento sistemático com o governo, sem vinculação partidária. Temos claro que o nosso compromisso primeiro é com os trabalhadores e não com nossas querelas pessoais ou particulares, ou ainda com as mesquinhas da pequena política.

Os independentes e autônomos articulados no PSLivre não tem nenhum outro compromisso que não a luta dos trabalhadores e a construção do socialismo. Para isso estaremos sempre unidos e coesos. Mas, reservam-se ao direito de exercer seu livre pensar longe das amarras que sufocam membros de coletivos sectários e internistas. Todo e qualquer espaço onde a vida dos trabalhadores estiver em discussão, lá estará o PSLivre. Porque é fundamentalmente livre.

A arte da política é uma das mais dignas que o ser humano pode criar. Inventar mundos, disputar o poder hegemônico, propor novas formas de organizar a vida, mas sempre dentro de um paradigma em que os interesses coletivos fiquem em primeiro lugar. Esse deve ser o sul de quem realmente está imbricado na proposta de mudar o que aí está. O PSLivre é duro na crítica, exigente na postura mas capaz de ser fraterno e companheiro na divergência. Nas fileiras dos que pensam livremente a vida está o exemplo cotidiano de dedicação, estudo e trabalho. Sem uma práxis nova não haverá sindicalismo novo. O PSLivre quer estar à frente deste debate, construindo essa nova práxis, fugindo dos oportunistas e tendo como meta a vitória dos trabalhadores.

### **Plano de Lutas**

. Todo o apoio e solidariedade aos povos em luta: palestinos, espanhóis, gregos, portugueses, saharauís, brasileiro, líbios, sírios, iraquianos, e todos os demais que enfrentam a opressão do capital.

. Garantir a manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade.

. Lutar pela efetiva autonomia universitária.

. Lutar pela expansão de vagas com qualidade.

. Lutar pela consolidação dos 10% do PIB na Educação

- . Lutar efetivamente por uma CARREIRA na verdadeira acepção da palavra, com mobilidade funcional, permitindo a ascensão
- . Garantir a racionalização dos cargos, com novas nomenclaturas, hierarquização, aglutinações e definições claras de atribuições e requisitos;
- . Construir uma política de ação internacional para a federação que passe por aprovação de plenária.
- . Garantir a Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas em todos os aspectos e temas do dia-a-dia da luta;
- . Fazer a luta contra a Terceirização;
- . Lutar pela revisão dos Cargos Extintos;
- . Lutar por concurso público em todas as classes e cargos;
- . Garantir a isonomia do Anexo IV;
- . Lutar por Contratação pelo Regime Jurídico Único.
- . Fazer a luta pelo step Constante de 5%
- . Garantir o piso salarial de três salários mínimos
- . Garantir 30 horas de trabalho, sem redução salarial, uma luta dos trabalhadores desse milênio
- . Lutar pela destinação de 1% da folha de pagamento para implementação de uma política nacional de capacitação e qualificação dos TAE's;
- . Criação de um fórum de interlocução da Federação com as Comissões Internas de Supervisão e reativação do GT-Carreira.
- . Estudar sistematicamente a conjuntura mundial e latino-americana para melhor avaliar os instrumentos de luta
- . Apoiar de forma concreta as lutas que acontecem nos demais países, informando sobre elas nos veículos da Federação e participando de entidades internacionais que verdadeiramente estejam no caminho da luta anticapitalista e anti-imperialista.
- . Lutar pela implementação, de fato, da Convenção 151 pela “negociação coletiva” e “ajuizamento, individual e coletivamente, frente à Justiça do Trabalho, nos termos da Constituição Federal e pelo direito de fazer greve”.
- . Promover palestras e seminários sobre o tema Assédio Moral e Assédio Sexual;
- . Mobilizar os trabalhadores no combate ao Assédio Moral e Sexual;
- . Promover o debate sobre o Assédio Moral junto a FASUBRA e ANDIFES, no sentido de garantir a criação de um instrumento interno nas universidades para coibir o Assédio Moral;

- . Promover cursos de administração de conflitos e de autodefesa verbal, principalmente, com a participação dos espectadores (pessoas tem ciência, mas nada fazem para ajudar, seja qual for o motivo);
- . Promover palestras sobre ética;
- . Criar instrumentos de combate ao Assédio Moral;
- . Intensificar a mobilização junto ao Congresso, no sentido de garantir Leis para combater o Assédio Moral, alterações na Lei 8.112 e na CLT, com inclusões de artigos que combata Assédio Moral, e intensificação na luta para criação de artigo sobre Assédio Moral no Código Penal Brasileiro;
- . Promover encontros entre psicólogos, psiquiatras, neurologistas e especialistas sobre assédio moral e sexual, no sentido de debaterem a questão com a finalidade de combater o fenômeno nos locais de trabalho;
- . Promover Encontros entre Juízes, Advogados e especialistas sobre assédio moral, no sentido de debaterem a questão, com a finalidade de melhorar o entendimento sobre o assunto, com o objetivo de aperfeiçoar o ajuizamento sobre a matéria;
- . Promover Encontros entre os governos: Municipais, Estaduais e da esfera federal, com o objetivo de melhor entendimento e rapidez na formulação de instrumentos de combate ao assédio moral.
- . Revisão em Estatutos e Regimentos, dispendo-se com ações que valorizem os trabalhadores (as) e que não permitam a discriminação no ambiente de trabalho;
- . Colocar em prática uma Política de Gestão de Pessoal que garanta processos de trabalhos participativos e respeitosos, oferecendo condições de trabalho adequadas e fazendo com que os programas de qualidade de vida vejam o trabalhador como legítimo cidadão na convivência.
- . Constituir uma política de formação que contemple o trabalhador não apenas em cursos de alfabetização, médio, graduação, pós-graduação para trabalhadores e familiares, mas que também ofereçam cursos de História do Brasil, História sindical, redação, comunicação em público, história das lutas dos trabalhadores e conjuntura.
- . Que se constitua também um espaço permanente de discussão sobre políticas sociais, a organização e o desenvolvimento dos municípios e estados, a organização do Governo na esfera Executiva, Legislativa e Judiciária, a importância na participação nas associações de moradores e de sindicatos de trabalhadores, a organização e desenvolvimento na luta por melhorias sobre a saúde do trabalhador, a importância da construção coletiva de um estatuto ou regimento nos locais de trabalho para a classe trabalhadora, a importância da construção coletiva de Políticas de Recursos Humanos e sobre Gestão de Pessoas.

- . Que se viabilizem encontros entre sindicalistas, associação de moradores, trabalhadores e familiares para tratar de questões que levam conseqüências a seus ambientes familiares;
- . Que a FASUBRA tenha uma atuação condizente com sua categoria, defendendo intransigentemente os princípios do SUS, a manutenção intransigente dos HUs vinculados ao SUS sem a Ebserh;
- . Que se articule politicamente com o segmento usuários a eleição de um representante dos usuários como presidente do CNS;
- . Que se apresente a cada 04 meses relatório das atividades desempenhadas por seu/sua representante no CNS em plenária estatutária;
- . Que a FASUBRA ofereça oficinas permanentes de formação para as entidades de base, através de seminários específicos para a capacitação de representantes nos conselhos de saúde, sejam municipais, distritais e estaduais, visando monitorar pelo conselho de saúde as ações cumpridas e não cumpridas, alterações posteriores no plano de metas pactuado nos respectivos conselhos de saúde que envolvam a Ebserh e sua relação no desempenho da política de saúde em nível local, visando denúncia ao Ministério Público;
- . Que a FASUBRA através de seu representante no CNS, articule via DN a capacitação de delegados eleitos em conferências de saúde para defesa dos HUs e a prestação de contas da Ebserh, junto às conferências e plenárias de saúde em nível nacional;
- . Que a FASUBRA construa através de seu Depto. Jurídico instrumento jurídico-político, questionando a legitimidade, visando a revogação da Ebserh.
- . Que a FASUBRA crie uma assessoria técnica em saúde do trabalhador com formação em saúde mental, atuando em conjunto com o setor jurídico da federação e com toda a DN, visando ampliar a expectativa e qualidade de vida e a saúde de cada trabalhador e trabalhadora filiados aos sindicatos de base.
- . Que se cumpra decisão de congressos passados para a realização de eleições diretas para a direção da Fasubra, permitindo que toda a base participe.
- . Reconhecer o racismo no Brasil, saindo dessa armadilha de que vivemos uma democracia racial.
- . Atuar no sentido de dar a conhecer o racismo, buscando ações concretas para o combate do mesmo.
- . Lutar no sentido de garantir ações institucionais que evitem a discriminação da mulher no setor público e na sociedade em geral.
- . Garantir estrutura nas IFES para a mulher-mãe, tais como creches, saúde acompanhamento.
- . Lutar por uma política de inclusão igualitária de homens e mulheres.



. Constituir estudos sobre a questão dos novos modelos de desenvolvimento propostos pelos povos originários e pelas populações empobrecidas e dar a conhecer às bases sobre essas novas formas de organizar a vida, nas quais o ambiente é visto como algo inerente ao humano.

Assinam a tese do PSLIVRE:

UFSC: Elaine Tavares, Marco Borges e Rodrigo Borges (UFSC)

UFOP: Marilac, João Orlando e Sergio Neves.

UNIRIO: Oscar Gomes, Benedito Machado, Luiz Carlos, Sheila , Jorge Teles, Paulão, Célio e Wilson.

UFV: Vanda Lucas, Christina Faria e Ely Rosa.

UFPEl: Paulo Funari e Francisco Arduim.

UFRJ: Tatiana (UFRJ)

UFLA: Tales

UFMS: Artemísia Mesquita e Ana Vieira

UFPE: Everaldo Araújo, Guilherme Costa Neto, Glauce Rodrigues de Oliveira, Leilane de Oliveira Lira, Maria do Perpétuo Socorro Silva, Marcos Gonçalves da Silva e Robério Cavadinha.

UFPR: Betty Iris, Alerte Edling, Edilene Dahmer e Valéria Oliveira.

UNIFESP: Melissa Campo, Ana Paula, Rose e Cris Cosmai.

UFTM: Francisco Oliveira, Lurdinha Kashiwabara, Heber Isaias, Mario Pinheiro, Mirtes Pacheco, Loila Rodrigues, Maria dos Reis, João Camilo, Inês Lambreta, Valtuir dos Reis e Rolando Rubens.